



Número: **0800190-91.2018.8.15.0781**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Cuité**

Última distribuição : **18/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
R. F. D. S. (AUTOR)		ALYSSON WAGNER CORREA NUNES (ADVOGADO) CILENE FERREIRA DE LIMA (PROCURADOR)	
R. S. S. (AUTOR)		ALYSSON WAGNER CORREA NUNES (ADVOGADO) EDIVALDA DA SILVA BEZERRA (PROCURADOR)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
29594 376	01/04/2020 18:42	Despacho	Despacho
29583 934	01/04/2020 12:45	Certidão	Certidão
29580 236	01/04/2020 11:20	Despacho	Despacho
29169 892	17/03/2020 08:38	Cota	Cota
28256 129	13/02/2020 11:43	Expediente	Expediente
26948 592	10/12/2019 17:43	Despacho	Despacho
26701 183	02/12/2019 14:55	Embargos de Declaração	Embargos de Declaração
26701 190	02/12/2019 14:55	2586398_EMBARGOS_DE_DECLARACAO_SENTN ECA_1a.INSTANCIA_01	Outros Documentos
21603 440	27/11/2019 14:15	Habilitação em processo	Petição de habilitação nos autos
26577 948	27/11/2019 14:15	PROCURAÇÃO_ATOS_SUBS_2016	Procuração
26578 399	27/11/2019 14:15	SUBSTABELECIMENTO- SUELIO	Substabelecimento
26214 814	14/11/2019 00:54	Comunicações	Comunicações
25998 684	07/11/2019 09:10	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
25743 468	30/10/2019 11:53	Sentença	Sentença
24476 833	17/09/2019 00:28	IMPUGNAÇÃO	Petição
24235 693	09/09/2019 11:47	Diligência	Diligência
24236 313	09/09/2019 11:47	Raquel S Souza atravez de sua genitora Edvalda da S Bezerra	Devolução de Mandado

24103 320	03/09/2019 21:22	Mandado	Mandado
24103 300	03/09/2019 21:18	Mandado	Mandado
23820 467	02/09/2019 19:53	Despacho	Despacho
23649 029	19/08/2019 20:43	Certidão de Decurso de prazo	Certidão de Decurso de prazo
22576 210	09/07/2019 16:21	Expediente	Expediente
22575 718	09/07/2019 16:18	Certidão	Certidão
22575 728	09/07/2019 16:18	AR SEGURADORA LIDER 0800190.91.2018	Documento Comprovação Intimação
21603 431	30/05/2019 17:12	Contestação	Contestação
21603 439	30/05/2019 17:12	KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_1	Procuração
21603 437	30/05/2019 17:12	KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_2	Procuração
21603 436	30/05/2019 17:12	DOCS COMPROBATORIOS	Documento de Comprovação
21603 435	30/05/2019 17:12	CONTESTACAO E SUBS-email	Outros Documentos
19464 044	26/02/2019 08:31	Carta	Carta
18442 333	18/12/2018 22:22	Despacho	Despacho
16939 399	01/10/2018 22:55	Petição	Petição
16306 929	30/08/2018 20:07	Expediente	Expediente
14013 084	07/05/2018 16:16	Decisão	Decisão
13832 677	22/04/2018 15:38	Petição Inicial	Petição Inicial
13832 681	22/04/2018 15:38	PROCURAÇÃO RAQUEL	Procuração
13832 682	22/04/2018 15:38	PROCURAÇÃO RUAN	Procuração
13832 684	22/04/2018 15:38	DOCS RAQUEL E EDNALVA	Documento de Identificação
13832 685	22/04/2018 15:38	DOCS RUAN E CILENE	Documento de Identificação
13832 694	22/04/2018 15:38	DOCS ROBSON OBITO BO	Documento de Identificação
13832 698	22/04/2018 15:38	ATENDIMENTO DE SAUDE	Outros Documentos
13832 701	22/04/2018 15:38	NEGATIVA DA SEGURADORA	Outros Documentos



Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Cuité

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800190-91.2018.8.15.0781

DESPACHO

Diante da manifestação do Ministério Público e na ausência de qualquer prejuízo, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se as partes dessa decisão.

Aguarde-se o trânsito em julgado e certifique-se, intimando em seguida as partes.

Intime-se. Cumpra-se

Cuité (PB), 01 de abril de 2020

FÁBIO BRITO DE FARIA
Juiz de Direito



Poder Judiciário da Paraíba

2ª Vara Mista de Cuité

Rua Samuel Furtado, 815, Centro, CUITÉ - PB - CEP: 58175-000

Número do Processo: 0800190-91.2018.8.15.0781

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [SEGURO]

**Polo ativo: AUTOR: RUAN FERREIRA DE SOUSA, RAQUEL SILVA SOUSA PROCURADOR:
CILENE FERREIRA DE LIMA, EDIVALDA DA SILVA BEZERRA**

Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, compulsando os autos verifiquei que as partes NÃO foram intimados da sentença id. [25743468](#), sendo apenas intimados ato ordinário, que decorreu no dia 19/11/2016 para se manifestar sobre o ato de agregação da Comarca. Portanto ainda não transitou em julgado. Salvo melhor juízo.

Certifico ainda, que existe petição de embargos de declaração id. [26701183](#) sem apreciação. SALVO MELHOR JUÍZO. Portanto faço os autos conclusos para apreciação e deliberações.

CUITÉ, 1 de abril de 2020
ADRIANO CRISPIM COSTA



Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Cuité

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800190-91.2018.8.15.0781

DESPACHO

Certifique-se o trânsito em julgado e INTIMEM-SE AS PARTES para requererem o que entenderem de direito no prazo de 10 (dez) dias.

Em nada sendo requerido, arquivem-se esses autos, sem prejuízo do posterior desarquivamento a requerimento das partes.

Intimem-se. Cumpra-se.

Cuité (PB), 1 de Abril de 2020.

FÁBIO BRITO DE FARIA
Juiz de Direito

MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA CUMULATIVA DE CUITÉ –PB

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CUITÉ/PB

MM Juiz,

Ciente da sentença (id. 24885711)

Sem recurso.

Cuité/PB, 17 de março de 2020.

ERIKA BUENO MUZZI
PROMOTORA DE JUSTIÇA

0800190-91.2018.8.15.0781

VISTA

Nesta data, abro vista dos autos para fins de intimação:

Dê-se vista ao Ministério para que informe, no prazo de 10 (dez) dias, se entende necessário intervir no feito e se há alguma impugnação contra a sentença.

Cumpra-se.

13 de fevereiro de 2020

ADRIANO CRISPIM COSTA



Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Cuité

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800190-91.2018.8.15.0781

DESPACHO

Dê-se vista ao Ministério para que informe, no prazo de 10 (dez) dias, se entende necessário intervir no feito e se há alguma impugnação contra a sentença.

Cumpra-se.

Cuité (PB), 10 de dezembro de 2019.

FÁBIO BRITO DE FARIA
Juiz de Direito

EM ANEXO



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CUITE/PB

PROCESSO: 08001909120188150781

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **RUAN FERREIRA DE SOUSA**, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO

Com a mais a respeitosa vênia, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão omissa em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável *decisum*.

Frisa-se que na d. sentença exarada, verifica-se grave OMISSÃO, que devem ser supridas ou sanadas por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

Com todo o respeito, a Embargante informa que nos casos em que há interesses de incapazes sendo discutido em determinada demanda, deve ser intimado o Ministério Público, órgão fiscalizador da Lei, para que se pronuncie sobre a necessidade de sua intervenção.

Cumprir informar, no caso dos autos, o autor é menor, e figura como autor na presente demanda, figurando como representante, seu genitor, contudo, em que pese tenha haja o pedido de intimação do MP na peça de bloqueio, não se observa menção a este respeito na sentença prolatada.

Urge ressaltar, a necessidade da prática deste ato, de intimação do MP, não por uma faculdade, mas um comando imposto pelo Código de Processo Civil, que traz inclusive, quando ausente tal intimação, uma possibilidade do reconhecimento de uma nulidade.

Ante o exposto e da patente necessidade de intimação do Ministério Público para fins de atender ao disposto nos artigos 178, II c/c 279 do CPC, requer seja verificada a omissão informada, devendo-se esclarecer se o valor arbitrado será atualizado e caso sim, que seja observado os ditames legais previstos para a matéria in foco.

CONCLUSÃO

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto OMISSO, conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CUITE, 28 de novembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

SEGUE ANEXO.

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 152.629; **ISABEL TEIXEIRA DAS CHAGAS**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 158.953; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 140.522; **NOÊMIA FRAGA TEIXEIRA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 95.365; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, Casada, OAB/RJ 185.681; **ROBERTO MARTINS COSTA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 176.073; **RODRIGO ALBERTO DE ALMEIDA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 165.647; **TAISA NERY SILVA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 171.173; **TIAGO CARNEIRO LEÃO D'OLIVEIRA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 130.946; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: +55 (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar

todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016


MARCELO DAVOLI LOPES


CLAUDIO MENDES LADEIRA

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800

CEB674
ACS67751

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: **MARCELO DAVOLI LOPES** e **CLAUDIO MENDES LADEIRA** (XXXXXX-00068)
Rio de Janeiro, 25 de maio de 2016. Conf. por: **Bruno Rodrigo Belem Gaspar** - Aut.
Em testemunho da verdade. Serventia TJ+FUNDOS Total

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.
EBOS-10754 TZA EBOS-10755 NCM
Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

17º OFÍCIO DE NOTAS-RJ
Bruno Rodrigo Belem Gaspar
Escrevente Autorizado

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800

CEB674
ACS13502

CARTÓRIO DO 17º
OFÍCIO DE NOTAS

Paula Cristina A.D. Gaspar
Escrevente

CRTS nº 10022 Selo 00/11
Nº 2016/1516

Certifico e dou fé que a presente original que foi apresentado. Cod: XXXXXXX30FAF7. Conf. por: **Paula Cristina A.D. Gaspar** - Aut.
Rio de Janeiro, 16 de junho de 2016. Serventia TJ+FUNDOS Total

EBPO-46357 NMF Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

fiel do
3.00
1.81
6.90





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

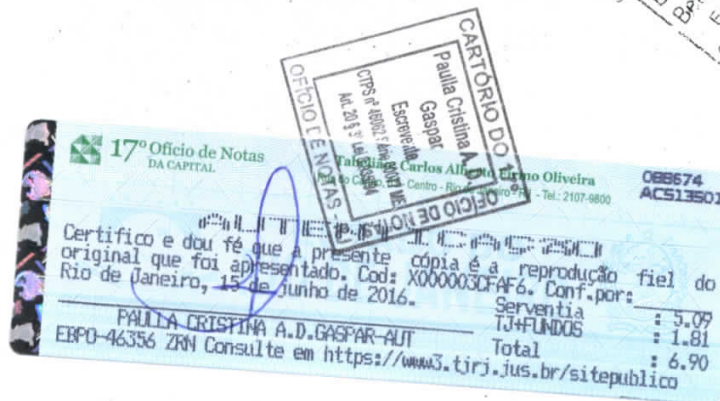


OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

MARCELÓ DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

8.3.11
CARTÓRIO DO
Bruno Rodrigo
Baptista Gaspar
Escritor
CNPJ nº 04.041.61
Mt 2033 - Tel 8-3359
CARTÓRIO DE NOTAS - F



SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
EM SEGURO CONTRA O RISCO

CNPJ Nº 06.945.8008001-04 - NIRE 33.3.0028478-6
CNPJ DA REALIZAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015. Data, Hora e Local: Aos 19 (dezanove) dias do mês de maio de 2015, às 16h, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Compareceram os membros do Conselho de Administração foram convidados: Carlos André Lacerda Figueiredo – Presidente do Conselho de Administração; presentes: os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Teichner Salzman, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Játys de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possede, Jorge de Souza Andrade, Claudio Mendes Ladeira, o Sr. Celso Novais de Albuquerque Cavalcanti e Ricardo José Iglesias Teixeira. Ausentes: os conselheiros Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença do respectivo conselheiro titular, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia. Mesa de Trabalho Própria do Conselho de Administração. Ordem do Dia: 1º – Apresentação do Relatório Anual de 2014 do Diretor do Dia; (II) Reratificação da Eleição de André Lael Faoro – Diretor Executivo da Companhia realizada na Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015. (III) Reratificação da Designação dos diretores responsáveis perante a SUSEP realizada na Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015, e (iv) Atribuição das funções de Diretoria Executiva para 2015. Os Conselheiros deliberaram, por unanimidade, reratificar a eleição de Carlos André Guerra-Barreiros, brasileiro, casado, secular, titular do documento de identidade nº 55.625.647-2, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF nº 03.985.877-0, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no cargo atualmente exercendo específico da Companhia, para o cargo atualmente ocupado pelo diretor José Márcio Barbosa Norton, que continuará exercendo o cargo de diretor e a função de diretor responsável pelas relações com a SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor eleito terá mandato de 1 (um) ano, que será termô em 25 de março de 2016, permanecendo no cargo até o término do mandato anterior. O Diretor eleito declara que não está incursu em nenhum caso que impeça o desempenho atividade mercantil e, ainda, não está instaurado, para tanto, nos termos da Lei. O Diretor eleito declara, por fim, preencher os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes no art. 1.º da Resolução CVM nº 358/2003, de 27 de fevereiro de 2003. CNRP – A remuneração dos membros da Direção Executiva será variável e temêta global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015. (II) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reratificar as designações atribuídas aos membros da Direção Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Catão de Toledo – Diretor Administrativo-Financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton – diretor responsável pelas relações com a SUSEP (até a posse do diretor Carlos André Guerra-Barreiros); (c) Marcelo Lopes Davoli – diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circular SUSEP nº 234/03 e 445/12) e diretor responsável pelos controles internos; (d) Claudio Mendes Ladeira – diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e 445/12) e responsável pelos controles externos; (e) os demais controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuirã a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações de Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de seguro, sendo as atividades específicas decorrentes das atividades periciais constantes na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia. (III) Os Conselheiros deliberaram, por unanimidade, reratificar as designações atribuídas aos membros da Direção Executiva em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e realização para essas reuniões. Por fim, os Conselheiros eleitores e ratificadores, assim como o presidente, os diretores, os administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia, e (III) Os membros do Conselho de Administração não discutirão a situação de assuntos pessoais ou familiares de qualquer natureza, nem a situação pessoal, financeira, de saúde e se tratou, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho – Presidente do Conselho de Administração; (ass.) Rosana Teichner Salzman – Conselheira; (ass.) Bernardo Dieckmann – Conselheiro; (ass.) Celso Damadi – Conselheiro; (ass.) Játys de Mendonça Alexandre – Conselheiro; (ass.) João Gilberto Possade – Conselheiro; (ass.) Jorge de Souza Andrade – Conselheiro; (ass.) Marcelo Goldman – Conselheiro; (ass.) Claudio Mendes Ladeira – Conselheiro; (ass.) Celso Novais de Albuquerque Cavalcanti – Conselheiro; (ass.) Ricardo José Iglesias Teixeira – Conselheiro. Rio de Janeiro, 19 de maio de 2015. André Lael Faoro – Secretário Jurídico Comercial do Conselho do Rio de Janeiro - NIRE nº 33.3.0028478-6 Protocolo: 00-2015/1916463-3 - 12/06/2015. Certificado de Deliberação em 22/06/2015 e 00-2015/1916463-3 nº 00002777233. Bernardo S. Benavente – Secretário Legal.

SEGURO LÍDER DOS CONSÓRCIOS

DO SEGURO DPVAT S.A.
CNPJ/Nº 09.248.808/0001-40 - NIRE 33.00284738-6
AV. DA REPUBLICA, 100 - JARDIM PAULISTA - SÃO PAULO - SP
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015, Data, Hora e Local: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2015, às 15:30h, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Convocação: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico para a reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2015, às 15:30h, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Presença: Os senhores conselheiros Luiz Tavaras Pereira Filho, Bernardo Dieckmann, Carlos Damásio, Jéssie de Mendonça Alexian, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Marcelo Gomes Muniz, Mucio Novais de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias e Paulo Roberto de Oliveira Medeiros, todos presentes. Ausente: O senhor titular do conselho suplente Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença do respectivo conselheiro titular, atende à reunião.

[illegible]

BRF MOREFINO DE LUBRIFICANTES S.A

[illegible]

GOMES DE SOUZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ/IN: 01.519.556-0001-48 NIRE: 33300265002
Ata de AGO realizada em, lavrada no livro: 33300265002. 1. Data, Hora e Local: Aos 24/04/2015, às 11hs na sede da empresa na Rua Dirceu de Azevedo, nº 100, bairro Santa Helena, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, sob a presidência do Sr. Paulo Roberto de Souza, Presidente da Sociedade. 2. Quorum: Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme o disposto no art. 124, §4º da Lei 6.404/76, em decorrência de estarem presentes os representantes da totalidade do capital social da Companhia. 3. Presidência: Sr. Paulo Roberto de Souza. Para dirigir os trabalhos foram escolhidos, Presidentes: Sr. Jorge Gomes de Souza, Secretária: Sra. Patrícia Benedito de Souza Magalhães. Anuís. 5. Ordem do Dia: (i) Aprovar o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2014; (ii) Aprovar a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) Deliberar sobre a proposta dos honorários da Diretoria no valor de R\$ 30.000,00 anuais; (iv) Eleição da Diretoria e (v) Assuntos Gerais. 6. Deliberações: Tomadas por unanimidade dos acionistas presentes, a Assembleia Geral Ordinária resolveu: (i) Aprovar o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2014; (ii) Aprovar a proposta da Diretoria quanto à destinação do Lucro Líquido do exercício social encerrado em 31/12/2014, a ser realizada da seguinte forma: (a) 5% do saldo remanescente de R\$ 708.325,60 para distribuição de dividendos; e (b) o saldo restante de R\$ 708.325,60 para distribuição de dividendos.

[illegible]

DINÂMICA ENERGIA S.A.

[illegible]

Nautilus S/A - Empreendimentos e Partic

CNPJ/MF: 01.544.7960001-08 - NIRE: 3330256193-1
Ata da AGO, lavrada na forma de sumário, 1. Data, Hora e Local:
Aconteceu no dia 22 de maio de 2015, às 14 horas, no local dos
 autos, 9 parte, Higienópolis/RJ, 2. Convocação: Formulada direta-
 mente, pessoalmente, a todos os acionistas, pelo Diretor Presidente da
 Sociedade, 3. Quorum: Acionistas representando a totalidade do Capital
 Social, concorrente assinaturas apostas no livro próprio, 4. Mesa: Para
 dirigir os trabalhos foram escolhidos: Presidente o Sr. Paulo Cesar
 Gomes de Souza, 5. Ordem do Dia: Fatores de risco, 6. Ordem
 do Dia: (a) Aprovar o relatório e as contas dos administradores,
 o balanço geral e as demonstrações financeiras relativas ao exercício
 findo em 31/12/14; (b) Deliberar sobre a proposta do resultado do
 exercício e a distribuição de dividendos; (c) Deliberar sobre a propo-
 sta dos honorários da Diretoria no valor total de R\$ 30.000,00 anuais;
 (iv) Deliberar sobre a proposta de distribuição de dividendos para
 2015; 7. Deliberação: Deliberação unânime dos presentes, os
 acionistas representando a totalidade do Capital Social; (i) Aproveito
 o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as
 demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em
 12/12/14; (ii) Aprovada a proposta da Diretoria quanto à destinação do
 lucro líquido do exercício social de 2014, no montante de R\$ 1.416.456,76
 para distribuição de seguinte forma: (a) 5%, ou seja, R\$ 74.551,93 em
 utilização da reserva legal; (b) O saldo restante de R\$ 1.416.456,76
 para o ano de 2015 no valor de R\$ 30.000,00 anuais, a serem dis-
 tribuídos entre os membros da Diretoria, em comum acordo entre os
 membros da Diretoria, desde que não haja qualquer conflito de intere-
 zes, sendo discutido na presente assembleia; 7. Encerramento: O Preside-
 nte da Assembleia, verificando em seguida que foram abordados todos os
 itens de ordem do dia, e constatando que nada mais havia a tra-
 tar, encerrou que, para as deliberações tomadas, o Conselho Fiscal
 aprovou a presente ata lavrada e depois de lida, aprovada e assinada
 pelos membros de mesa e pelos acionistas representativos da tota-
 lidade do Capital Social, RJ, 2404/15 Paulo Cesar Gomes de Souza,
 - Presidente da Assembleia, Fausto de Castro Souza - Secretário Ju-
 risdico, nº 263242 em 20/05/2015 Bernardo F.S. Binwanger - Secre-

DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES A PEDIDO

ASSINATURAS SEMEOTRATIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 194,00
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 194,00
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 194,00

(*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI
OBS: As assinaturas com desconto somente se aplicam para funcionários do
público (Federal, Estadual, Municipal), e não para pessoas físicas (último contrato).
A Lei nº 004/90 do Estado do Rio de Janeiro dispõe que as pessoas autorizadas
a vender a assinatura do jornal de interesse público poderão ser adquiridas a
Preço de Venda Especial (PVE), Centro - Niterói, RJ

ATENÇÃO: É vedada a divulgação de informações sobre este processo.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO • Rua Professor Heitor
Carvalho nº 81, Centro - Niterói, RJ, CEP 24.030-230. Tel.: (0xx21) 7717-4141
Fax: (0xx21) 7217-4348

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-3844675, das 2h às 12h.

CARTÓRIO DO 17º

Paulista - Cid. de São Paulo - SP
Tribunal do Poder Judiciário - 1ª Vara de Família e Sucessões
Rua da Consolação, 900 - Jd. Paulista - São Paulo - SP
CEP: 01302-900

17º Ofício de Notas DA CAPITAL

Certifico e dou fé que a presente foi representada, Cod. 160785, em 15 de Junho de 2016.

A. D. GASPAR-AUT

PÁULIA CRISTINA RTO Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

Reprodução por: fiel do
AFD. Cont. por: 5.00
serventia : 1.80
Total : 6.80

IB-FUNDOS

EBPD-46363

Num. 26577948 - Pág. 9

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barroso e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Rerratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº: 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 3

17º Ofício de Not. e Reg. do Im. do RJ - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 207-8800

DA CARTILHA

PAULA CRISTINA A.D. GESPKE-ALT

Original e dou fe que sua reprodução é a reprodução fiel do original que foi apresentado, datado de 15 de junho de 2016.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2016.

PAULA CRISTINA A.D. GESPKE-ALT

ERPO-46360 DIF-Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

086674
AC51505

Conf. por: 3.09
serviço 1.81
TOTAL 6.90

Diretores ora eleitos declaram que não estão incursos em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução no. 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Reratificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

MESA DE TRABALHO:

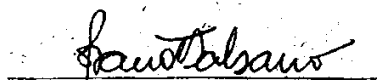


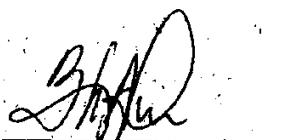
Luiz Tavares Pereira Filho
Presidente




André Leal Faoro
Secretário

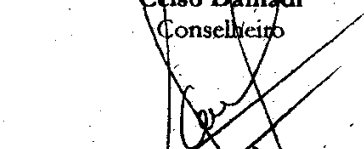
Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 2 de 3



Rosana Techima Salsano
Conselheira Vice-Presidente

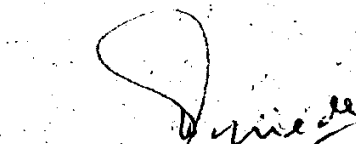

Bernardo Dieckmann
Conselheiro


Celso Damadi
Conselheiro

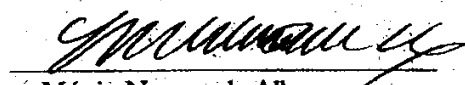

Francisco Alves de Souza
Conselheiro

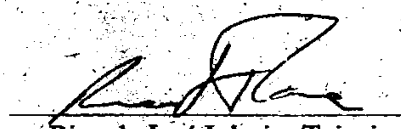

Hélio Hiroshi Kinoshita
Conselheiro

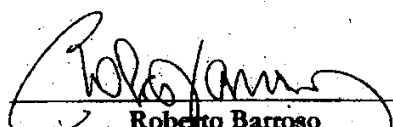

Jabis de Mendonça Alexandre
Conselheiro



João Gilberto Possiede
Conselheiro


Jorge de Souza Andrade
Conselheiro



Múcio Novaes de Albuquerque
Cavalcanti
Conselheiro


Ricardo José Iglesias Teixeira
Conselheiro


Roberto Barroso
Conselheiro

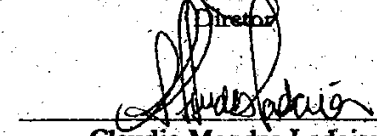

Valeria Camacho Martins Schmitke
Conselheira

Assinatura dos Eleitos:


Ricardo de Sá Acatauassú Xavier
Diretor Presidente


Carlos André Guerra Barreiros
Diretor


Marcelo Davoli Lopes
Diretor


Claudio Mendes Ladeira
Diretor


Marcus Vinicius Cataldo de Felipe
Diretor

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 3 de 3

Num. 26577948 - Pág. 16

[illegible][illegible][illegible]

ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 199,00 (*)
ORGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal) ..	R\$ 199,00 (*)

As instituições com destino somente serão concedidas para a finalidade pública (federal, Estadual, Municipal), mediante a apresentação do último extrato que a Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de pessoas autorizadas para vender assinaturas. Essas assinaturas poderão ser efetuadas em nossas Agências e em Agências credenciadas do Banco ITAU. Cópias de exemplares grandes, podem ser adquiridas à Rua Professor Héctor Carrilho nº 81, Centro - Niterói, RJ.

ATENÇÃO: É vedada a devolução de valores pelas assinaturas do D.O.

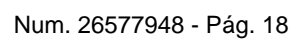
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua 15 de Novembro, 100
 Caminho nº 81, Centro - Niterói, RJ - CEP 24.030-730. Tel. (0xx21) 222-4141 FAX
 - Fax (0xx21) 222-4242

• Fax (088) 311 3313, 3318

Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 9h às 18h.

www.imprensaoficial.rj.gov.br

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 2h às 18h



[illegible]

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Taboalão Carlos Alberto Fiano Oliveira
Rua da Gramma 57, Centro, Pôrto Alegre - RJ - Tel: 2107-8833

Paula Cristina

reprodução fiel do

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado para autenticação em 24 de junho de 2015.

Original : 5.09
Cópia : 1.81
Total : 6.90

PAULA CRISTINA A.D. EXPEDIENTE DE NOTAS - FUNDOS

ERQ-46364 Foi consultada em <https://www3.trib.jus.br/sitpublico>

088674
AC51509

[illegible][illegible]

CIA MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA. ATENDIMENTO PSICODIAGNÓSTICO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU DÚBIA AMPLA DE DISTÚRBIOS PSÍQUICOS E PROBLEMAS CAUSADOS POR USO DE DROGAS. ALÉM DE INFRA-ESTRUTURA OFERECIDA NO LOCAL DE INSTALAÇÃO, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO SUPLEMENTAR, COMPANHAMENTO PSICOLÓGICO E CURADOS MÉDICOS. CAPACIDADE: 100 ASSALADOS (QUADROCENTOS) E QUARENTA MIL REANIMADES. ESTRADA UNIDA E INDUSTRIAL, Nº 1470, POSESSO, PI-TROPOLIS, RJ. CEP. 25.770-480. Patentes: RJ, 02/12/2011

HYDRATEC COMERCIO E TECNOLOGIA LTDA LPP
CNPJ nº 04.289.430/0001-76
CAD/CATACÃO [ART. 1152 e 1153 - § 1º DO COD. CIVIL] Pessoa física comarca de S. Raul Carlos Rodrigues de Oliveira, para comparecer nos dias 22/01/2012 e no dia 27/01/2012, em 1ª ou 2ª convocação, para tomada ciência de relatório do processo mencionado "La Roberto Eduardo Baracchi da Empresa Hydratec Comercio e Tecnologia Ltda." com sede na Rua Coarcação de Maira n° 166 loja "A", bairro MEYRINK, distrito de São Manoel, município de Itaipava, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no Registro Municipal de Comércio sob o número 166.445.677-2; CREA/RN 018.380/W-7, CEP n° 91.224-455 e IT, endereço eletrônico: www.hydratectecnologia.com.br.

CASTELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
CNPJ: 33.221.649/0001-91

AVISO - Achem-se a disposição dos Senhores Acadêmicos, na Secretaria, na Avenida Nani Pequena, 50 sala 1417, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Rua do Lineiro, 11 de janeiro de 2012. A Diretoria

Vale

Companhia Aberta
CNPJ nº 13.592.510/0001-54

FATO RELEVANTE - A Vale S.A. (Vale) informa que esta dedicada a fazer maior (FM) em uma série de ações de marketing de longo prazo. Em 11 de janeiro de 2012, a Vale realizou uma reunião com os clientes comerciais e breves dos respectivos contratos. O acordo com o artigo 3º, § 4º, da Instrução CVM nº 358, em 11 de janeiro de 2012, foi assinado e publicado no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no website da VALE, no seguinte endereço: www.vale.com.br/relacoes-com-investidores.

Relatório - Diretor Executivo de Relações com Investidores.

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPORTE
REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
02.709.449/0011-20

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO inicia pública que-
rrela para o Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Empresa de
Operação para operar o Duto de Transferência de Água (DTA) sit-
uado no Terminal de Cabunas e a Estação de Barra da Lagoa, pre-
sencendo aproximadamente 70 km de extensão, capacidade de transpor-
te com uma vazão de 150m³/h, com diâmetro de 8" em 29 de De-
zembro de 2011 Rodovia Amaral Peixoto km 188 - Macaé/RJ. Pre-
ço R\$ 0,715/246/12011

PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
CNPJ 33.000.167/0001-01
OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS MINERAIS

PETRÓLIO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS torna pública que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a CUBIOA Aquecimento do Uso de Recursos Hídricos Out of Animals, avaliada até 28 de março de 2013, que a autorização de uso de água bruta em 4 (quatro) pontos do Rio Caruru com a finalidade de outros usos (compactação e umedecimento do solo) na Rodovia BR-103, km 10,5, Bairro de Grammaira, na Fazenda Macaúba, município de Macaúba, Baía de Guanabara.

CAPTAÇÃO: Terraplanagem COMPERJ, Córrego Helder, Rio de Janeiro. Vazão máxima instaladora: 50,0 m³/s. Vazão média: 50,0 m³/s. Tempo de captação: 160 000 h. Período de captação: 30 dias/mês. Vazão mensal: 240 000 m³. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 43' 28,1" S e Long. 42° 50' 36,70" S. **CAPTAÇÃO:** EAP 1, Córrego Helder, Rio de Janeiro. Vazão máxima instaladora: 50,0 m³/s. Vazão média: 30,0 m³/s. Tempo de captação: 16 000 h. Período de captação: 30 dias/mês. Vazão mensal: 144 000 m³. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 40' 49,76" S e Long. 42° 53' 51,43" S. **CAPTAÇÃO:** EAP 2, Córrego Helder, Rio de Janeiro. Vazão máxima instaladora: 35,0 m³/s. Vazão média: 30,0 m³/m. Tempo de captação: 16 000 h. Período de captação: 30 dias/mês. Vazão mensal: 144 000 m³. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 42' 46,12" S e Long. 42° 57' 15,83" S. **CAPTAÇÃO:** EAP 3, Córrego Helder, Rio de Janeiro. Vazão máxima instaladora: 35,0 m³/s. Vazão média: 30,0 m³/m. Tempo de captação: 16 000 h. Período de captação: 30 dias/mês. Vazão mensal: 144 000 m³. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 41' 40,28" S e Long. 42° 55' 24,84" S. **DESCARTE:** Lançamento: Vazão máxima máxio dos dois pontos e de 300 m³/s. Tempo de lançamento: 3600 s.
Projeto: 08389-00, 08389-01, 08389-02, 08389-03, 08389-04, 08389-05, 08389-06, 08389-07, 08389-08, 08389-09, 08389-10, 08389-11, 08389-12, 08389-13, 08389-14, 08389-15, 08389-16, 08389-17, 08389-18, 08389-19, 08389-20, 08389-21, 08389-22, 08389-23, 08389-24, 08389-25, 08389-26, 08389-27, 08389-28, 08389-29, 08389-30, 08389-31, 08389-32, 08389-33, 08389-34, 08389-35, 08389-36, 08389-37, 08389-38, 08389-39, 08389-40, 08389-41, 08389-42, 08389-43, 08389-44, 08389-45, 08389-46, 08389-47, 08389-48, 08389-49, 08389-50, 08389-51, 08389-52, 08389-53, 08389-54, 08389-55, 08389-56, 08389-57, 08389-58, 08389-59, 08389-60, 08389-61, 08389-62, 08389-63, 08389-64, 08389-65, 08389-66, 08389-67, 08389-68, 08389-69, 08389-70, 08389-71, 08389-72, 08389-73, 08389-74, 08389-75, 08389-76, 08389-77, 08389-78, 08389-79, 08389-80, 08389-81, 08389-82, 08389-83, 08389-84, 08389-85, 08389-86, 08389-87, 08389-88, 08389-89, 08389-90, 08389-91, 08389-92, 08389-93, 08389-94, 08389-95, 08389-96, 08389-97, 08389-98, 08389-99, 08389-100, 08389-101, 08389-102, 08389-103, 08389-104, 08389-105, 08389-106, 08389-107, 08389-108, 08389-109, 08389-110, 08389-111, 08389-112, 08389-113, 08389-114, 08389-115, 08389-116, 08389-117, 08389-118, 08389-119, 08389-120, 08389-121, 08389-122, 08389-123, 08389-124, 08389-125, 08389-126, 08389-127, 08389-128, 08389-129, 08389-130, 08389-131, 08389-132, 08389-133, 08389-134, 08389-135, 08389-136, 08389-137, 08389-138, 08389-139, 08389-140, 08389-141, 08389-142, 08389-143, 08389-144, 08389-145, 08389-146, 08389-147, 08389-148, 08389-149, 08389-150, 08389-151, 08389-152, 08389-153, 08389-154, 08389-155, 08389-156, 08389-157, 08389-158, 08389-159, 08389-160, 08389-161, 08389-162, 08389-163, 08389-164, 08389-165, 08389-166, 08389-167, 08389-168, 08389-169, 08389-170, 08389-171, 08389-172, 08389-173, 08389-174, 08389-175, 08389-176, 08389-177, 08389-178, 08389-179, 08389-180, 08389-181, 08389-182, 08389-183, 08389-184, 08389-185, 08389-186, 08389-187, 08389-188, 08389-189, 08389-190, 08389-191, 08389-192, 08389-193, 08389-194, 08389-195, 08389-196, 08389-197, 08389-198, 08389-199, 08389-200, 08389-201, 08389-202, 08389-203, 08389-204, 08389-205, 08389-206, 08389-207, 08389-208, 08389-209, 08389-210, 08389-211, 08389-212, 08389-213, 08389-214, 08389-215, 08389-216, 08389-217, 08389-218, 08389-219, 08389-220, 08389-221, 08389-222, 08389-223, 08389-224, 08389-225, 08389-226, 08389-227, 08389-228, 08389-229, 08389-230, 08389-231, 08389-232, 08389-233, 08389-234, 08389-235, 08389-236, 08389-237, 08389-238, 08389-239, 08389-240, 08389-241, 08389-242, 08389-243, 08389-244, 08389-245, 08389-246, 08389-247, 08389-248, 08389-249, 08389-250, 08389-251, 08389-252, 08389-253, 08389-254, 08389-255, 08389-256, 08389-257, 08389-258, 08389-259, 08389-260, 08389-261, 08389-262, 08389-263, 08389-264, 08389-265, 08389-266, 08389-267, 08389-268, 08389-269, 08389-270, 08389-271, 08389-272, 08389-273, 08389-274, 08389-275, 08389-276, 08389-277, 08389-278, 08389-279, 08389-280, 08389-281, 08389-282, 08389-283, 08389-284, 08389-285, 08389-286, 08389-287, 08389-288, 08389-289, 08389-290, 08389-291, 08389-292, 08389-293, 08389-294, 08389-295, 08389-296, 08389-297, 08389-298, 08389-299, 08389-300, 08389-301, 08389-302, 08389-303, 08389-304, 08389-305, 08389-306, 08389-307, 08389-308, 08389-309, 08389-310, 08389-311, 08389-312, 08389-313, 08389-314, 08389-315, 08389-316, 08389-317, 08389-318, 08389-319, 08389-320, 08389-321, 08389-322, 08389-323, 08389-324,

BR PETROBRAS
Companhia Aberta
CNPJ nº 33.000.167/0001-01
NIRE nº 13100032061

[illegible]

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firmas

CLÍNICA ESTRELLA LIDA
SOCIEDADE SIMPLES EM CONSTITUIÇÃO

OBJETIVO: ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL E A
AUXÍLIAR A PORTADORAS DE DISTÚRBIO PSÍQUICO, OFERECER

17º Ofício de Notas
 Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1980
 Certifico e dou fé que a PAULA CRISTINA FERREIRA Brasileira, RGSP nº 1.811.111, residente e domiciliada em Av. Rio de Janeiro, 15, apto. 101, conj. 101, bloco 1, Jd. Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, apresentou para registro em Cartório de Notas o Testamento que foi lido e transcrito em 15 de Janeiro de 1980, e que a mesma não apresentou qualquer oposição ou impugnação ao mesmo, ficando o mesmo devidamente registrado em Cartório de Notas, sob o nº 17.112, em 15 de Janeiro de 1980, e a cópia do mesmo, em 3 (três) vias, foi encaminhada para o Cartório de Registro de Imóveis, para fins de registro.

PAULA CRISTINA FERREIRA
 Testadora

Cartório de Notas nº 17.112
 Rio de Janeiro, RJ, 15 de Janeiro de 1980

Rea do Cartório, G. Cartório - São de Janeiro - RJ, 15 de Janeiro de 1980

Tableteiro: Carlos Alberto Firmo Oliveira

008314
 ACS17112

$\text{deg } \pi = \deg \pi_1 + \deg \pi_2 = 15$
 For π_1 and π_2 to be irreducible, $\deg \pi_1$ and $\deg \pi_2$ must be 1 and 14, or 2 and 13, or 3 and 12, or 4 and 11, or 5 and 10, or 6 and 9, or 7 and 8.

[illegible]

References

References

References

References

References

References

References

1.1. User

References

References



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477-OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

CIENTE DA REDISTRIBUIÇÃO

DATA ELETRÔNICA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA

2ª Vara Mista de Cuité
Rua Samuel Furtado, 815, Centro, CUITÉ - PB - CEP: 58175-000

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0800190-91.2018.8.15.0781

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: RUAN FERREIRA DE SOUSA, RAQUEL SILVA SOUSA PROCURADOR: CILENE FERREIRA DE LIMA, EDIVALDA DA SILVA BEZERRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos das Resoluções do Tribunal Pleno ns. 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30/2019, **INTIMO** as partes, por seus advogados, quanto a conclusão do procedimento de redistribuição dos presentes autos, prazo de 05 (cinco) dias, para os fins previstos nos arts. 3º e 4º, conforme o caso, dos referidos normativos legais.

CUITÉ, 7 de novembro de 2019.

ADRIANO CRISPIM COSTA
Técnico Judiciário



Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Cuité

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800190-91.2018.8.15.0781

[SEGURO]

AUTOR: RUAN FERREIRA DE SOUSA, RAQUEL SILVA SOUSA
PROCURADOR: CILENE FERREIRA DE LIMA,
EDIVALDA DA SILVA BEZERRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

I – RELATÓRIO

RUAN FERREIRA DE SOUSA e RAQUEL SILVA SOUSA, representados por suas genitoras, ingressaram com a presente AÇÃO DE COBRANÇA de seguro DPVAT em desfavor da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A, asseverando que seu pai, o senhor ROBSON DE SOUSA FERREIRA, veio a óbito em virtude de acidente automobilístico ocorrido em 05/12/2015, razão pela qual almeja a condenação da ré na indenização, devidamente corrigida, relativa ao pagamento do seguro DPVAT, no valor de RS 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

A inicial foi acompanhada dos documentos de ID num. 13832684, 13832685, 13832694, 13832698 e 13832701.

O promovido apresentou contestação (ID. 21603435), alegando preliminarmente a pendência documental e a ausência de documentos indispensáveis à propositura da demanda. No mérito, requereu o depoimento pessoal dos representantes legais, a juntada dos boletins de atendimento médico e a ausência de documentos médicos com o nome da vítima.

Impugnação à contestação de id. 24476833.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, analiso as preliminares suscitadas pela parte promovida.

Primeiramente, no que tange à pendência documental, não merece resguardo o argumento, visto que, de acordo com a cópia do procedimento administrativo acostado pelo promovido (id. 21603436), as documentações requeridas pela seguradora em nada corroboram com a comprovação do nexo de causalidade entre o acidente ocorrido e a morte da vítima. Ademais, urge salientar que a documentação acostada pelos promoventes é suficiente para comprovar o nexo causal.

No tocante à inépcia da inicial por ausência de documento indispensável – Laudo do IML - urge frisar que o laudo do IML não pode ser considerado documento indispensável ao ajuizamento de demandas desta natureza, sendo certo que a constatação ou não da morte pode ser perfeitamente apurada durante a instrução processual através dos documentos acostados, especialmente, os boletins médicos, o boletim de ocorrência e a Certidão de Óbito (ID. 13832694).

Ademais, no mérito, o réu requereu o depoimento pessoal dos representantes legais, a juntada dos boletins de atendimento médico e a ausência de documentos médicos com o nome da vítima, o que também não merece guarida, tendo em vista que in casu não é necessária a produção de prova testemunhal, pois esta foi suprida pelas provas documentais acostadas aos autos, incluindo-se, inclusive, os boletins de atendimento médico.

Além disso, ressalte-se que a parte ré alegou não haver o nome da vítima em alguns dos boletins médicos, requerendo que fosse esclarecido. Ora, da simples análise dos boletins, é possível inferir que nos primeiros boletins de atendimento, no lugar do nome da vítima há a frase “sem

identificação” o que é justificável pelo fato da vítima, segundo os relatos da família, estar sozinha no momento do acidente, tendo sido encaminhada para os primeiros atendimentos, sozinho, só tendo a família tomado conhecimento do fato em momento posterior.

Outrossim, como é cediço, o pagamento do seguro obrigatório DPVAT é derivado da Lei n. 8.441/92, que estabeleceu o consórcio obrigatório de seguradoras para pronto pagamento às vítimas de veículos automotores, mesmo que se trate de veículos cujos seguros se encontrem vencidos ou não realizados.

A adesão ao seguro tem por base a lei de regência, que o torna ínsito a todos os veículos automotores para cobrir os danos pessoais que porventura possam vir a ser produzidos, tendo como beneficiário qualquer pessoa que eventualmente venha a ser vitimada em sinistro.

Trata-se, pois, de instituto obrigatório que visa à proteção da sociedade que, por força de lei, garante qualquer um que assumir a posição de vítima em acidente automobilístico, razão pela qual, por ser o segurado pessoa indeterminada, revela natureza jurídica de estipulação em favor de terceiro, sendo estipulante o proprietário do veículo e beneficiário eventual vítima. É indenizável por qualquer seguradora do sistema mesmo que o sinistro seja provocado por veículo não identificado, desconhecido, com seguro vencido, prêmio não pago ou ainda que reste clara a culpa exclusiva da vítima, eis que se identifica com uma garantia social universal e indistinta.

Nesse contexto, dispõe o artigo 5º da Lei 8.441/92 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

Emerge dos autos a prova de que a vítima veio a óbito em virtude de meningite subsequente a traumatismo craniano decorrente de acidente automobilístico, bem como os documentos de ID num. 13832694 comprovam à exaustão envolvimento do autor em acidente ocorrido em 05/12/2015, inclusive como passagem por nosocômio com para tratamento das lesões, não tendo a vítima resistido, vindo a óbito em 19/12/2015.

Com efeito, provado o sinistro e as consequências nefastas, mesmo de forma simples, decorre automaticamente o dever de indenizar.

Em relação à quantificação da indenização, esta deve ser diretamente proporcional à extensão do dano físico, levando-se em consideração o grau da debilidade sofrida no acidente automobilístico, em observância à tabela constante na Lei 6.194/74, a partir da vigência da Lei 11.945/09.

Segundo a Lei 6.194/74, para os casos de Danos Corporais que causarem morte, é devida a indenização no valor total, qual seja, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Vejamos a jurisprudência:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO SUMARÍSSIMA DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)– INDENIZAÇÃO POR MORTE – PROCEDÊNCIA – RECURSO DA SEGURADORA REQUERIDA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL ENTRE O ÓBITO E O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO – DESCABIMENTO – CERTIDÃO DE ÓBITO E CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA DE TRÂNSITO – DOCUMENTOS LAVRADOS POR AGENTES DOTADOS DE FÉ PÚBLICA - NEXO CAUSAL COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO.

Restando comprovado nos autos as exigências do artigo 5º, da Lei nº 6.197/74, qual seja, a prova do acidente, por meio de certidão de ocorrência lavrada por agente dotado de fé pública, e do dano dele decorrente (óbito) - correta a decisão que condenou a ré/apelante ao pagamento do valor do Seguro Obrigatório - DPVAT aos autores, não devendo prosperar a alegação de não comprovação do nexo causal. (Ap 67355/2014, DESA. MARILSEN ANDRADE ADDARIO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 03/12/2014, Publicado no DJE 10/12/2014).

Considerando que no presente caso o acidente resultou na morte da vítima, se infere a indenização devida no importe de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

III – DISPOSITIVO

À vista do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para CONDENAR a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A ao pagamento de indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a título de indenização por morte.

Incidirão juros moratórios a partir da citação, à base de 1% (um por cento) ao mês STJ, Súmula

426), e correção monetária desde a ocorrência do sinistro (STJ, Súmula 580).
Condeno o demandado nas custas e fixo os honorários em 10% do valor da causa condenação.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Cuité/PB, 30 de outubro de 2019.

FABIO BRITO DE FARIA
Juiz de Direito

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE BARRA DE SANTA ROSA - PB

PROCESSO Nº 0800190-91.2018.8.15.0781

RUAN FERREIRA DE SOUSA, CILENE FERREIRA DE LIMA E RAQUEL, já qualificados nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT, que promove em desfavor da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT, por seu advogado legalmente constituído, vem apresentar **IMPUGNAÇÃO A CONTESTAÇÃO**, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

Impugnamos a defesa do promovido, tendo em vista que os pedidos formulados pelo requerido em sua defesa não devem ser acatados por esse douto juízo, já que está provado o alegado pelo autor nos documentos acostados aos autos na inicial.

2. No mérito

O promovido em sua defesa busca argumentos genéricos, na tentativa de desconstituir o direito dos autores.

Numa síntese geral, a promovida alega que o requerimento do seguro DPVAT foi indeferido, porque faltou documentação na fase administrativa.

Tal afirmação não é verdadeira, uma vez que, toda a documentação foi enviada via correios, e durante toda a fase administrativa houve várias ligações através do canal 0800, para que fosse sanada toda a documentação necessária.

É importante ressaltar, que os três autores, buscaram a via administrativa de forma autônoma através de seus representantes legais.

Na peça contestatória a promovida alega que, na documentação enviada, não restou claro a ocorrência da morte do constituidor do direito em acidente de trânsito. Ora douto, magistrado, os autores enviaram toda a documentação referente ao prontuário de atendimento da vítima, desde o socorro prestado pelo SAMU da Cidade de Araruna, ao acolhimento no Hospital de Trauma de Campina Grande.

Não resta dúvida, que nas “fichas” de acolhimento, não havia a identificação de quem seria o cidadão acidentado, até porque ele foi encontrado desacordado. Mas tão logo, a família teve notícias do ocorrido, cuidou de identificá-lo administrar a situação.

Neste sentido, consta na documentação toda a documentação desde o ocorrido até o óbito do de cujos.

A promovida nega, que foi enviado o Laudo Cadavérico. No entanto, é importante frisar que o laudo cadavérico foi devidamente enviado, onde consta toda a causa da morte do falecido.

Outro ponto que merece ser enfrentado, é que a Seguradora, alega que deixou de deferir o pedido, porque a documentação está ilegível. É importante dizer, que em nenhum momento foi pedido que reenviasse o CD do SAMI do Hospital onde se deu a morte. Isso, denota dizer, que tal documentação foi acatada pela seguradora.

Na verdade excelência, depois de enviada toda a documentação pelos requerentes, foi feita exigências básicas, relacionadas aos herdeiros do falecido.

Todas as exigências foram cumpridas, e mesmo assim, o requerimento foi indeferido. Constan nos autos, Boletim de Ocorrência, os principais documentos do SAMI, e a documentação dos herdeiros.

Sendo assim, toda a contestação padece de argumentos reais que vão de encontro ao que fora aqui pleiteado.

Pelo exposto, requer digno-se V. Exa., em julgar totalmente procedente a presente ação, nos termos postulados na inicial, devido aos infundados fundamentos lançados pelo

requerido em sua defesa, REQUERENDO DESDE JÁ, a juntada oportunamente do PRONTUÁRIO COMPLETO DO SAMI do Hospital de Trauma de Campina Grande, além de prazo para juntada de segunda via do laudo cadavérico e declaração do SAMU.

Outrossim, requer que seja designada audiência de instrução e julgamento, para oitiva de testemunhas e apresentação de provas que servirão de base para comprovar o direito dos autores.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Barra e Santa Rosa - PB, data de inclusão no sistema.

ALYSSON WAGNER CORREA NUNES
OAB-PB 17.113

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que dei inteiro cumprimento ao presente mandado intimando a menor de 05 anos Raquel Silva Souza, através de sua genitora Edvalda da Silva bezerra, que ficou ciente de tudo e de posse da contra fé.
Certifico ainda, HAJA VISTO QUE NAQUELE CIDADE NÃO EXISTE O ENDEREÇO INDICADO, que ambas RESIDEM À RUA JOÃO MARQUES FERREIRA, 11 E A GENITORA É CONHECIDA POR 'MOÇA DE MARIA DALVA'. Dou fé.

9 de setembro de 2019

AILTON BARBOSA DE ARAUJO



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE BARRA DE SANTA ROSA**

Juízo do(a) Vara Única de Barra de Santa Rosa

Rua Antônio Diniz, S/N, Centro, BARRA DE SANTA ROSA - PB - CEP: 58170-000

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581



v.1.00

MANDADO DE INTIMAÇÃO - PROMOVENTE

Nº DO PROCESSO: 0800190-91.2018.8.15.0781

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [SEGURO]

Justiça gratuita

AUTOR: RUAN FERREIRA DE SOUSA, RAQUEL SILVA SOUSA
EDIVALDA DA SILVA BEZERRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Nome: RAQUEL SILVA SOUSA

Endereço: RUA PROJETADA, SN, CENTRO, DAMIÃO - PB - CEP: 58173-000

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). MM Juiz(a) de Direito deste Vara Única de Barra de Santa Rosa, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº 0800190-91.2018.8.15.0781 (número identificador do documento transcrito abaixo), manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a **INTIMAÇÃO da parte AUTOR: RAQUEL SILVA SOUSA**, através de seu representante legal **EDIVALVA DA SILVA BEZERRA**, conforme o caso, no endereço acima, para tomar ciência do seguinte **DESPACHO**: " **Intime-se a parte autora para, pessoalmente, caso queira, apresentar impugnação à contestação, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestando, ainda, sobre eventuais provas que pretenda produzir ou requerimento de julgamento antecipado do mérito, bem como sobre a inércia de seu advogado quanto ao cumprimento do despacho, para, querendo, proceder com a substituição** "

Prazo: 5 dias

BARRA DE SANTA ROSA-PB, em 3 de setembro de 2019

De ordem, **ADRIANO CRISPIM COSTA**
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX



Assinado eletronicamente por: **ADRIANO CRISPIM COSTA**

03/09/2019 21:22:21

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **24103320**



X **Edivalda da Silva Bezerra**

19090321222036700000023344418

imprimir

Rs JOAO MARQUES FERREIRA, 10 (11)
MOÇA DE Mª DA LUZ.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE BARRA DE SANTA ROSA
Juízo do(a) Vara Única de Barra de Santa Rosa
Rua Antônio Diniz, S/N, Centro, BARRA DE SANTA ROSA - PB - CEP: 58170-000
Tel.: () ; e-mail:
Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.1.00

MANDADO DE INTIMAÇÃO - PROMOVENTE

Nº DO PROCESSO: 0800190-91.2018.8.15.0781

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [SEGURO]

Justiça gratuita

AUTOR: RUAN FERREIRA DE SOUSA, RAQUEL SILVA SOUSA
PROCURADOR: CILENE FERREIRA DE LIMA,
EDIVALDA DA SILVA BEZERRA
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Nome: RAQUEL SILVA SOUSA

Endereço: RUA PROJETADA, SN, CENTRO, DAMIÃO - PB - CEP: 58173-000

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). MM Juiz(a) de Direito deste Vara Única de Barra de Santa Rosa, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº 0800190-91.2018.8.15.0781 (número identificador do documento transcrito abaixo), manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a **INTIMAÇÃO da parte AUTOR: RAQUEL SILVA SOUSA**, através de seu representante legal **EDIVALVA DA SILVA BEZERRA**, conforme o caso, no endereço acima, para tomar ciência do seguinte DESPACHO: " **Intime-se a parte autora para, pessoalmente, caso queira, apresentar impugnação à contestação, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestando, ainda, sobre eventuais provas que pretenda produzir ou requerimento de julgamento antecipado do mérito, bem como sobre a inércia de seu advogado quanto ao cumprimento do despacho, para, querendo, proceder com a substituição "**

Prazo: 5 dias

BARRA DE SANTA ROSA-PB, em 3 de setembro de 2019

De ordem, ADRIANO CRISPIM COSTA

Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE BARRA DE SANTA ROSA
Juízo do(a) Vara Única de Barra de Santa Rosa
Rua Antônio Diniz, S/N, Centro, BARRA DE SANTA ROSA - PB - CEP: 58170-000
Tel.: () ; e-mail:
Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.1.00

MANDADO DE INTIMAÇÃO - PROMOVENTE

Nº DO PROCESSO: 0800190-91.2018.8.15.0781

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [SEGURO]

Justiça gratuita

AUTOR: RUAN FERREIRA DE SOUSA, RAQUEL SILVA SOUSA
PROCURADOR: CILENE FERREIRA DE LIMA, EDIVALDA DA SILVA BEZERRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Nome: RUAN FERREIRA DE SOUSA

Endereço: RUA FRANCISCA ANA DE JESUS, SN, CENTRO, DAMIÃO - PB - CEP: 58173-000

-
De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). MM Juiz(a) de Direito deste Vara Única de Barra de Santa Rosa, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº 0800190-91.2018.8.15.0781 (número identificador do documento transcrito abaixo), manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a **INTIMAÇÃO da parte AUTOR: RUAN FERREIRA DE SOUSA, RAQUEL SILVA SOUSA**, através de seu representante legal, conforme o caso, no endereço acima, para tomar ciência do seguinte DESPACHO: "**Intime-se a parte autora para, pessoalmente, caso queira, apresentar impugnação à contestação, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestando, ainda, sobre eventuais provas que pretenda produzir ou requerimento de julgamento antecipado do mérito, bem como sobre a inércia de seu advogado quanto ao cumprimento do despacho, para, querendo, proceder com a substituição**".

Prazo: 5 dias

BARRA DE SANTA ROSA-PB, em 3 de setembro de 2019

De ordem, ADRIANO CRISPIM COSTA

Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX



Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Barra de Santa Rosa

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800190-91.2018.8.15.0781

DESPACHO

Intime-se a parte autora para, **pessoalmente**, caso queira, apresentar impugnação à contestação, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestando, ainda, sobre eventuais provas que pretenda produzir ou requerimento de julgamento antecipado do mérito, bem como sobre a inércia de seu advogado quanto ao cumprimento do despacho, para, querendo, proceder com a substituição.

Não havendo manifestação, façam os autos conclusos para sentença.

Cumpra-se.

Barra de Santa Rosa, data e assinatura digitais.

IVNA MOZART BEZERRA SOARES

Juíza de Direito

CERTIDÃO

*Certifico que **decorreu** o prazo legal sem manifestação da parte autora.*

BARRA DE SANTA ROSA

19 de agosto de 2019

ADRIANO CRISPIM COSTA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
Vara Única de Barra de Santa Rosa
Rua Antônio Diniz, S/N, Centro, BARRA DE SANTA ROSA - PB - CEP: 58170-000
Tel.: () ; e-mail:
Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.1.00

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO - PROMOVENTE

Nº DO PROCESSO: 0800190-91.2018.8.15.0781
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [SEGURO]

AUTOR: RUAN FERREIRA DE SOUSA, RAQUEL SILVA SOUSA
PROCURADOR: CILENE FERREIRA DE LIMA, EDIVALDA DA SILVA BEZERRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). FABIO BRITO DE FARIA, MM Juiz(a) de Direito deste Vara Única de Barra de Santa Rosa, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº 0800190-91.2018.8.15.0781 (número identificador do documento transcrito abaixo), **fica(m) a(s) parte(s) AUTOR: RUAN FERREIRA DE SOUSA, RAQUEL SILVA SOUSA**

PROCURADOR: CILENE FERREIRA DE LIMA, EDIVALDA DA SILVA BEZERRA

, através de seu(s) advogado(s) abaixo indicado(s), **INTIMADA(s)** para tomar ciência do seguinte DESPACHO: "Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo: a) Em sendo alegada a ilegitimidade passiva, exercer a faculdade contida no art. do art. 338, do CPC/2015, no prazo de 15 (quinze) dias; b) Nas demais hipóteses, apresentar réplica à contestação (art. 350 e 351, do CPC/2015), no prazo de 15 dias "

Advogado do(a) AUTOR: ALYSSON WAGNER CORREA NUNES - PB17113,
Advogado do(a) AUTOR: ALYSSON WAGNER CORREA NUNES - PB17113,

Prazo: 15 dias

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006. **Observação:** A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

BARRA DE SANTA ROSA-PB, em 9 de julho de 2019

De ordem, ADRIANO CRISPIM COSTA
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX

CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

BARRA DE SANTA ROSA

9 de julho de 2019

ADRIANO CRISPIM COSTA

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Seguradora Líder

ENDEREÇO / ADRESSE

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAÍS / PAYS

Rio de Janeiro

Rj

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Carta de citação

0800190-91.2018

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

18/03/19

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Isaquel Vieira

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

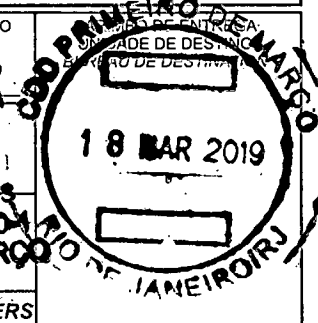
RUBRICA E MAT. DO EMPREGADOR /
SIGNATURE DE L'AGENT

Helio Vargas

Mat.: 8.687.2004

CDD 1º DE MARÇO

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS





**AVISOS DE
RECEBIMENTO**
AVIS CN07

AR

JR 47159850 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

28/06/19

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PB

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA

FÓRUM DES. RIVALDO PEREIRA

Rua Antonio Ribeiro Diniz, sn, centro

Barra de Santa Rosa/PB CEP 58170-000

CIDADE / LOCALITÉ

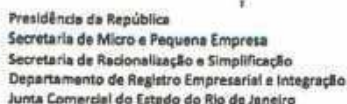
UF

**BRASIL
BRÉSIL**

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

SEGUE ANEXO.



NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF

33.3.0028479-6

Time Schedule

Sociedade anônima

Boite à Embarcadere

Normal

Nº do Protocolo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Ultima Arguementor

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC9943DA9D8

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CE68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



JUCEFUT
Associação Brasileira de Futebol

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA8220CFDE4B56AFAD5ECP8FPD5CF68740F233E496AFDA80E17B8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 3/13



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

Handwritten signatures

7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TÔRRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: PD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/>, informe o nº de protocolo: Pág. 10/13





PORTARIA Nº 755, DE 21 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.323, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 34 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e a que trata do processo Susp 13414/619783/2017-46, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelas assembleias de ALTA SEGURADORA S.A. - MICROSEGURADORA, CNPJ n.º 21.076.711/0001-48, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de junho de 2017.

I - Aumento do capital social em R\$ 400.148,00, elevando-o para R\$ 2.155.595,91, dividido em 179.246.992 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Registra-se que a presente de R\$ 185.140,00 do aumento do capital subscrito deverá ser integralizada até 30 de junho de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 756, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.323, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 34 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e a que trata do processo Susp 13414/619783/2017-46, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n.º 09.348.608/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 757, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.323, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 34 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, submetido com o artigo 3º da Lei Complementar n.º 124, de 13 de janeiro de 2007, e o texto da norma do processo Susp 13414/623814/2017-50, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membros do comitê de auditoria de IRB BRASIL RESEGUROS S.A., CNPJ n.º 23.356.989/0001-01, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 24 de maio de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Susp/Dirorg n.º 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de janeiro de 2018, página 146, onde se lê: "... na reunião do conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017", leia-se: "... Na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017".

Ministério da Indústria,
Comércio Exterior e ServiçosINSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso das atribuições conferidas no 3º do art. 4º da Lei n.º 5.046, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 8.033, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 7.375, de 28 de novembro de 2003.

Considerando o Decreto Federal n.º 96.044, de 18 de maio de 1998, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviária Designados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016, seção 01, página 46;

Considerando que o Inmetro, em entidade por ele constituída, mantém o disposto no 1º do art. 1º do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos (CTPP), aplicável somente à modalidade de construção de tanques de carga rodoviários;

Considerando a necessidade de atualização do Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP) pelo novo Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos (CTPP), aplicável somente à modalidade de construção de tanques de carga rodoviários;

Considerando a necessidade de ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Inmetro n.º 16/2016, resolve:

Art. 1º Fazer alterações nos ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviária destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site www.inmetro.gov.br.

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro.

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Decof
Rua Santa Afrodite, n.º 416 - 3º andar - Rio Cam-
pido

Cep 20.261-322 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Fazer substituições de Anexos A e D da Portaria Inmetro n.º 16/2016 pelos Anexos A e D anexos a esta Portaria.

Art. 3º Fazer inclusão na Portaria Inmetro n.º 16/2016 os Anexos E e G anexos a esta Portaria.

Art. 4º Fazer inserções, no art. 4º da Portaria Inmetro n.º 16/2016, os seguintes parágrafos:

"§ 1º Exceção-se da determinação da carga por seguintes tanques de carga:

I - aqueles que já foram construídos até 15 de janeiro de 2018 e se encontram em estoque, cuja inspeção e aprovação final da construção ainda não foram realizadas pelo OIA-PP;

II - aqueles que após 15 de janeiro de 2018 se encontram em processo de construção, cuja data de início da construção seja anterior a 15 de janeiro de 2018, e que a inspeção e a aprovação final da construção ainda não foram realizadas pelo OIA-PP;

§ 2º Para efeitos de controle dos tanques de carga que se encontram nas situações descritas no parágrafo acima, os fabricantes devem tanques de carga devendo enviar ao OCP, em 15 de fevereiro de 2018, uma relação contendo as seguintes informações:

I - para os tanques de carga que já foram construídos até 15 de janeiro de 2018 e se encontram em estoque: nº da ordem de serviço, data de aprovação final da construção, RTO, número de equipamento, grupo de produtos perigosos aptos a transportar e nome do responsável técnico do OIA-PP;

II - para os tanques de carga que após 15 de janeiro de 2018 se encontram em processo de construção: nº da ordem de serviço, data inicial da construção, RTO, número de equipamento, grupo de produtos perigosos aptos a transportar e nome do responsável técnico do OIA-PP;

Art. 5º A consulta pública que originou os requisitos ora aprovados, foi divulgada pela Portaria Inmetro n.º 357, de 13 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2017, seção 01, página 45.

Art. 6º As demais disposições da Portaria Inmetro n.º 16/2016 permanecem inalteradas.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 1, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), no exercício da delegação de competência atribuída pela Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "b", da regulamentação metrologia aprovada pela Resolução n.º 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conselho:

De acordo com o Regulamento Técnico Metrologia para bombas modulares de combustível líquido, aprovada pela Portaria Inmetro n.º 523/03 e pela Portaria Inmetro n.º 52/2004;

E considerando o conteúdo do Processo Inmetro n.º 52420.000997/2017 e do Sistema Orçamento n.º 592073, resolve:

Aprovar a família de modelos Prime PHK de bomba modular para combustíveis líquidos, marca Giffoni Vendas Rotex.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no site do Inmetro: <http://www.inmetro.gov.br/legis>.

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 4, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, torna públicas, conforme o controle de Arquivo, as propostas de modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em anexo, pela Departamento de Negociação Internacional (DENINT), que o objetivo de colher subsídios para definição de posicionamento do governo brasileiro no âmbito da coordenação do Comitê Técnico nº 1, de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, do Mercosul (CT-1).

1. Manifestações sobre as propostas deverão ser dirigidas ao DENINT por meio do Protocolo-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", 1º andar, CEP 20031-900, Brasília (DF). As manifestações deverão fazer referência ao número desta Circular e ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

2. As informações relativas às propostas deverão ser apresentadas mediante o preenchimento integral do modelo próprio, disponível na página do site do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, no endereço <http://www.mec.gov.br>, ou pelo e-mail denint@denint.gov.br.

3. O acompanhamento sobre a análise das propostas poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico <http://www.mec.gov.br/indic> e denint@denint.gov.br ou pelo endereço de correio eletrônico denint@denint.gov.br.

4. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelas secretarias em nomeação do CT-1, eventuais manifestações a respeito deverão ser encaminhadas a esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nesta Circular.

RODRIGO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA
2917.20.00	2917.20
Acidos policarboxílicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos, peróxidos e seus derivados	Acidos Policarboxílicos, cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos, peróxidos e seus derivados
	Derivados de ácidos policarboxílicos cíclicos
	Circulantes de cíclicos
	Outros

Este Anexo pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.inmetro.gov.br/legis>, pelo código 9001291612300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867AA8220CFDE4H56AFAD5ECF6FFD5CF68740P233E496AFDA80E1B88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 6/13





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

12/1

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996508

ARTIGO 8º – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo – A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996512

15/4
lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10

Bernardo F. S. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

de março de 1967.

10/4



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10

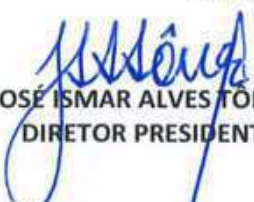
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-0000	ADBZB690 088674
Recebição por AUTENTICAÇÃO as firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000524453)		
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.		
Em testemunho	da verdade.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		Total
CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ Paula Cristina A. D. Gaspar : 3.96 Escrevente : 10796 48062 série 09077 ME Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94		
EOLP-56881 H01, EOLP-56882 G01 Consulte em https://www3.tirri.jus.br/sitepublico		

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807





Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 12 de Março de 2016

Carta nº: 8853342

A/C: MARIA JOANA DE SOUSA FERREIRA

Sinistro: 3160203039
Vítima: ROBSON DE SOUSA FERREIRA
Data Acidente: 05/12/2015
Natureza: MORTE
Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em 15/02/2016 a documentação relativa ao acidente ocorrido em 05/12/2015. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Comprovação de ato declaratório

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na SEGURADORA LIDER DPVAT - REGULAMENTO de origem onde foi realizada sua reclamação de sinistro.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



Rio de Janeiro, 01 de Julho de 2016

Carta nº: 9299439

A/C: MARIA JOANA DE SOUSA FERREIRA

Sinistro: 3160203039 ASL-0105297/16
Vítima: ROBSON DE SOUSA FERREIRA
Data Acidente: 05/12/2015
Natureza: MORTE
Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **08/06/2016** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **05/12/2015**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Comprovação de ato declaratório

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na SEGURADORA LIDER DPVAT - REGULAÇÃO de origem onde foi realizada sua reclamação de sinistro.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

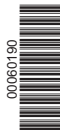
NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT





Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 01 de Julho de 2016

Carta nº: 9302673

A/C: EDIVALDA DA SILVA BEZERRA

Sinistro: 3160203039 ASL-0105297/16
Vítima: ROBSON DE SOUSA FERREIRA
Data Acidente: 05/12/2015
Natureza: MORTE
Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **08/06/2016** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **05/12/2015**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Prova de companheirismo
- Comprovação de ato declaratório

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na SEGURADORA LIDER DPVAT - REGULAÇÃO de origem onde foi realizada sua reclamação de sinistro.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



Rio de Janeiro, 28 de Dezembro de 2016

Carta nº 10258465

a/c: MARIA JOANA DE SOUSA FERREIRA

Sinistro: 3160203039 ASL-0105297/16
Vitima: ROBSON DE SOUSA FERREIRA
Data Acidente: 05/12/2015
Natureza: MORTE
Procurador:

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização DPVAT, nem qualquer manifestação no sentido de que estivessem sendo tomadas providências para sua obtenção.

Tendo em vista que a(s) pendência(s) indicadas não foi(ram) sanada(s), e não houve qualquer nova manifestação sua nesse processo de sinistro por um período superior a 180 dias, informamos que a análise do seu pedido de indenização DPVAT foi finalizada com a recusa da indenização por falta de comprovação documental da cobertura para o sinistro.

A documentação original permanecerá arquivada, podendo ser retirada pelo senhor(a), ou por procurador devidamente constituído para este fim, conforme instruções contidas em nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Em caso de dúvida, favor acessar nosso site ou entrar em contato conosco gratuitamente por meio do SAC 0800 022 12 04.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT



Rio de Janeiro, 28 de Dezembro de 2016

Carta nº 10258702

a/c: EDIVALDA DA SILVA BEZERRA

Sinistro: 3160203039 ASL-0105297/16
Vitima: ROBSON DE SOUSA FERREIRA
Data Acidente: 05/12/2015
Natureza: MORTE
Procurador:

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização DPVAT, nem qualquer manifestação no sentido de que estivessem sendo tomadas providências para sua obtenção.

Tendo em vista que a(s) pendência(s) indicadas não foi(ram) sanada(s), e não houve qualquer nova manifestação sua nesse processo de sinistro por um período superior a 180 dias, informamos que a análise do seu pedido de indenização DPVAT foi finalizada com a recusa da indenização por falta de comprovação documental da cobertura para o sinistro.

A documentação original permanecerá arquivada, podendo ser retirada pelo senhor(a), ou por procurador devidamente constituído para este fim, conforme instruções contidas em nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Em caso de dúvida, favor acessar nosso site ou entrar em contato conosco gratuitamente por meio do SAC 0800 022 12 04.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Rio de Janeiro, 09 de Março de 2017

Carta nº: 10626681

A/C: EDIVALDA DA SILVA BEZERRA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170129953 ASL-0085769/17

Vítima: ROBSON DE SOUSA FERREIRA

Data Acidente: 05/12/2015

Natureza: MORTE

Procurador:

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.seguradoralider.com.br, ou ligue para a SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.seguradoralider.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez, é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Rio de Janeiro, 09 de Março de 2017

Carta nº: 10626826

A/C: JOSE LUIZ FERREIRA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170129953 ASL-0085769/17

Vítima: ROBSON DE SOUSA FERREIRA

Data Acidente: 05/12/2015

Natureza: MORTE

Procurador:

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.seguradoralider.com.br, ou ligue para a SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.seguradoralider.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez, é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



Rio de Janeiro, 09 de Março de 2017

Carta nº: 10626975

A/C: MARIA JOANA DE SOUSA FERREIRA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170129953 ASL-0085769/17

Vítima: ROBSON DE SOUSA FERREIRA

Data Acidente: 05/12/2015

Natureza: MORTE

Procurador:

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.seguradoralider.com.br, ou ligue para a SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.seguradoralider.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez, é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



Rio de Janeiro, 09 de Março de 2017

Carta nº: 10629863

A/C: CILENE FERREIRA DE LIMA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170129953 ASL-0085769/17

Vítima: ROBSON DE SOUSA FERREIRA

Data Acidente: 05/12/2015

Natureza: MORTE

Procurador:

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.seguradoralider.com.br, ou ligue para a SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.seguradoralider.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez, é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Rio de Janeiro, 13 de Março de 2017

Carta nº: 10647257

A/C: EDIVALDA DA SILVA BEZERRA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170129953 ASL-0085769/17

Vítima: ROBSON DE SOUSA FERREIRA

Data Acidente: 05/12/2015

Natureza: MORTE

Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **20/02/2017** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **05/12/2015**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Prova de companheirismo não conclusivo

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



Rio de Janeiro, 13 de Março de 2017

Carta nº: 10647746

A/C: MARIA JOANA DE SOUSA FERREIRA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170129953 ASL-0085769/17

Vítima: ROBSON DE SOUSA FERREIRA

Data Acidente: 05/12/2015

Natureza: MORTE

Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **20/02/2017** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **05/12/2015**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Declaração de únicos herdeiros não conclusivo

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



Rio de Janeiro, 09 de Setembro de 2017

Carta nº 11622607

a/c: JOSE LUIZ FERREIRA

Sinistro: 3170129953 ASL-0085769/17
Vitima: ROBSON DE SOUSA FERREIRA
Data Acidente: 05/12/2015
Natureza: MORTE
Procurador:

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização DPVAT, nem qualquer manifestação no sentido de que estivessem sendo tomadas providências para sua obtenção.

Tendo em vista que a(s) pendência(s) indicadas não foi(ram) sanada(s), e não houve qualquer nova manifestação sua nesse processo de sinistro por um período superior a 180 dias, informamos que a análise do seu pedido de indenização DPVAT foi finalizada com a recusa da indenização por falta de comprovação documental da cobertura para o sinistro.

A documentação original permanecerá arquivada, podendo ser retirada pelo senhor(a), ou por procurador devidamente constituído para este fim, conforme instruções contidas em nosso site www.seguradoralider.com.br.

Em caso de dúvida, favor acessar nosso site ou entrar em contato conosco gratuitamente por meio do SAC 0800 022 12 04.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT



Rio de Janeiro, 09 de Setembro de 2017

Carta nº 11622681

a/c: CILENE FERREIRA DE LIMA

Sinistro: 3170129953 ASL-0085769/17
Vitima: ROBSON DE SOUSA FERREIRA
Data Acidente: 05/12/2015
Natureza: MORTE
Procurador:

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização DPVAT, nem qualquer manifestação no sentido de que estivessem sendo tomadas providências para sua obtenção.

Tendo em vista que a(s) pendência(s) indicadas não foi(ram) sanada(s), e não houve qualquer nova manifestação sua nesse processo de sinistro por um período superior a 180 dias, informamos que a análise do seu pedido de indenização DPVAT foi finalizada com a recusa da indenização por falta de comprovação documental da cobertura para o sinistro.

A documentação original permanecerá arquivada, podendo ser retirada pelo senhor(a), ou por procurador devidamente constituído para este fim, conforme instruções contidas em nosso site www.seguradoralider.com.br.

Em caso de dúvida, favor acessar nosso site ou entrar em contato conosco gratuitamente por meio do SAC 0800 022 12 04.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Rio de Janeiro, 09 de Setembro de 2017

Carta nº 11622843

a/c: EDIVALDA DA SILVA BEZERRA

Sinistro: 3170129953 ASL-0085769/17
Vitima: ROBSON DE SOUSA FERREIRA
Data Acidente: 05/12/2015
Natureza: MORTE
Procurador:

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização DPVAT, nem qualquer manifestação no sentido de que estivessem sendo tomadas providências para sua obtenção.

Tendo em vista que a(s) pendência(s) indicadas não foi(ram) sanada(s), e não houve qualquer nova manifestação sua nesse processo de sinistro por um período superior a 180 dias, informamos que a análise do seu pedido de indenização DPVAT foi finalizada com a recusa da indenização por falta de comprovação documental da cobertura para o sinistro.

A documentação original permanecerá arquivada, podendo ser retirada pelo senhor(a), ou por procurador devidamente constituído para este fim, conforme instruções contidas em nosso site www.seguradoralider.com.br.

Em caso de dúvida, favor acessar nosso site ou entrar em contato conosco gratuitamente por meio do SAC 0800 022 12 04.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT



Rio de Janeiro, 09 de Setembro de 2017

Carta nº 11622943

a/c: MARIA JOANA DE SOUSA FERREIRA

Sinistro: 3170129953 ASL-0085769/17
Vitima: ROBSON DE SOUSA FERREIRA
Data Acidente: 05/12/2015
Natureza: MORTE
Procurador:

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização DPVAT, nem qualquer manifestação no sentido de que estivessem sendo tomadas providências para sua obtenção.

Tendo em vista que a(s) pendência(s) indicadas não foi(ram) sanada(s), e não houve qualquer nova manifestação sua nesse processo de sinistro por um período superior a 180 dias, informamos que a análise do seu pedido de indenização DPVAT foi finalizada com a recusa da indenização por falta de comprovação documental da cobertura para o sinistro.

A documentação original permanecerá arquivada, podendo ser retirada pelo senhor(a), ou por procurador devidamente constituído para este fim, conforme instruções contidas em nosso site www.seguradoralider.com.br.

Em caso de dúvida, favor acessar nosso site ou entrar em contato conosco gratuitamente por meio do SAC 0800 022 12 04.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARRA DE SANTA ROSA/PB

Processo n.º 08001909120188150781

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RUAN FERREIRA DE SOUSA**, representado por **CILENE FERREIRA DE LIMA**, e **RAQUEL SILVA SOUSA** representada por **EDIVALVA DA SILVA BEZERRA** em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

Os Autores são filhos de **ROBSON DE SOUSA FERREIRA**, vítima acidente automobilístico ocorrido em 05/12/2015, vindo a falecer em 19/12/2015.

Cumprе esclarecer que, em que pese os Autores terem realizado o requerimento do pagamento através da via administrativa, o sinistro foi cancelado por inatividade, haja vista que a mesma não apresentou a documentação necessária para a perfeita regulação do sinistro.

Não obstante, em qualquer hipótese de acidente, a atitude normal do segurado é procurar a seguradora, para que esta regule, primeiramente, o sinistro. somente em caso de não pagamento, ressarcimento incompleto ou de mora, as demandas devem ser ajuizadas.

ASSIM, TENDO A AUTORA DEIXADO DE APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA POR LEI, CARECENDO O AUTOR DE UMA CONDIÇÃO ESPECÍFICA DO REGULAR EXERCÍCIO DO DIREITO DE AÇÃO, QUAL SEJA, INTERESSE DE AGIR.

Compulsando atentamente aos autos, em nenhum momento foi demonstrado e comprovado de forma contundente que a parte autora faz jus ao pleito deduzido na presente demanda, devendo o pleito ser julgado extinto em virtude da inocorrência de mora por parte da Ré.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015^[1], prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DA FALTA DE INTERESSE DE INTERESSE PROCESSUAL

PENDÊNCIA DOCUMENTAL

O processo deve ser extinto sem conhecimento do mérito, porque não concorre uma das condições da ação: o *INTERESSE PROCESSUAL*.

Verifica-se que, o autor ingressou com o pedido administrativo, todavia, incorreu em pendência documental, de maneira que deixou de sanear tal pendência, acarretando no cancelamento do sinistro.

Insta esclarecer que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro pacificou o tema e conforme o Aviso nº 108/2012 resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo antes de ingressar com ação no Judiciário, vejamos:

“A prova do requerimento administrativo prévio à seguradora da cobrança da cobertura do seguro DPVAT deve ser exigida pelo juiz no exame da petição inicial”.

No mesmo sentido, se posicionou o Superior Tribunal de Justiça, vejamos:

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR.

Inércia do autor quanto a este pedido. Reversão do entendimento. Impossibilidade. Incursão em matéria fático-probatória. Incidência da Súmula 7/STJ. Violação ao princípio da inafastabilidade do acesso à Justiça. Impossibilidade de exame por esta Corte de Justiça. Matéria atinente à competência do Supremo Tribunal Federal.

O requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para o ingresso de demanda judicial.

(...) 4. Agravo regimental desprovido” (AgRg no REsp 936574/SP, Terceira Turma, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, julgamento em 02/08/2011).

Trata-se de oportunizar à seguradora o pagamento extrajudicial, até porque, o requerimento prévio administrativo é requisito essencial para a utilidade da providência jurisdicional, conforme dispõe o art. 5º, § 1º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

(...)

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30

(trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)(...)”

A atitude de ingressar com ação antes de tentar solucionar a questão pela via administrativa, que, frise-se, é mais célere, acarreta aglomeração de processos, como se observa com frequência em nosso Judiciário.

Deste modo, verifica-se que a seguradora só se constitui em mora 30 dias após a entrega de todos os documentos legais na esfera administrativa. E, no caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral a necessária legitimidade postulatória.

Assim, tendo o autor deixado de cumprir as exigências administrativas à indenização que entende devida, ingressando com a presente ação sem antes eliminar todas as possibilidades, resta claro que não existe interesse na demanda.

Importante salientar, ademais, que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, na forma do Art. 485, VI, do CPC, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

CARÊNCIA DE AÇÃO - FALTA DE DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO

(AUTO DE NECRÓPSIA / LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO – IML).

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na exordial, que a parte autoral pretende que o seguro DPVAT a indenize pelo suposto falecimento de seu ente no acidente noticiado.

A RÉ DEMONSTRARÁ A SEGUIR QUE A PARTE AUTURAL CARECE DA AÇÃO POR NÃO TER FEITO A COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DA SUA PRETENSÃO.

A lei é clara, e exige para que o beneficiário possa ter o direito de pleitear a indenização relativa ao seguro obrigatório de veículo a apresentação de determinados documentos, quais sejam:

“Art. 5º(...)

§1º(...)

a) Certidão de óbito, registro da ocorrência policial competente e a qualidade de beneficiários no caso de morte;

§3º Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecido diretamente pelo Instituto Médico Legal, independente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente

Ademais, o artigo 5º da Resolução CNSP nº 07/97, repetindo praticamente o que dispõe a lei, assim disciplina:

“Caso seja detectada falha de ordem formal em um dos documentos mencionados nos artigos 2º e 4º, ou a existência de indícios de fraude, deverá a seguradora, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da documentação, notificar o interessado com “aviso de recebimento”, solicitando os documentos ou esclarecimentos necessários à elucidação do assunto.”

Constata-se que não há nos autos o Laudo do Instituto Médico Legal certificando, com a exatidão que a lei determina a *causa mortis* da vítima como sendo oriunda de acidente automobilístico noticiado.

Essa prova documental incumbe à parte Autora, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supratranscrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 333, I, do CPC.

Dessa forma, como a certidão de óbito não informa que houve acidente de trânsito, não poderia a parte autora pleitear indenização a título de seguro obrigatório, DPVAT, pelo falecimento de seu ente querido, ainda, que lhe tenha causado dor, pois o seguro DPVAT tem requisitos legais a serem obedecidos os quais são alegados ao longo da peça processual que ora se apresenta.

DO MÉRITO

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DOS REPRESENTANTES LEGAIS

Caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A RÉ INFORMA A NECESSIDADE DE SER OUVIDA, PESSOALMENTE, A PARTE AUTORA SOBRE OS FATOS NARRADOS NA INICIAL, BEM COMO TODA DOCUMENTAÇÃO JUNTADA AOS AUTOS, EM ESPECIAL O BOLETIM DE OCORRÊNCIA, HAJA VISTA QUE A NARRATIVA DOS FATOS, NÃO FOI EXPOSTA DE FORMA CLARA, BASTANTE GENÉRICA, , CONSTANDO APENAS RELATOS TOTALMENTE UNILATERAIS DE TERCEIROS.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DOS REPRESENTANTES LEGAIS

DO BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO

Conforme dispõe o art. 343, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A RÉ INFORMA A NECESSIDADE DE SER OUVIDA, PESSOALMENTE, A PARTE AUTORA SOBRE OS FATOS NARRADOS NA INICIAL, BEM COMO TODA DOCUMENTAÇÃO JUNTADA AOS AUTOS, EM ESPECIAL DIANTE DO BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO E DOCUMENTOS MÉDICOS JUNTADOS AOS AUTOS.

Ressalta-se a importância da juntada dos documentos médicos já que é através deles que se confirmará a existência das lesões sofridas pela vítima, de modo que sua ausência impossibilita a apuração do nexo de causalidade.

Perceba Exa., que os r. documentos médicos juntados aos autos, encontram-se totalmente ilegíveis, indecifráveis, imprestáveis, e mais não constaram o nome da vítima, vejamos:

GOVERNO DA PARAÍBA SECRETARIA DE SAÚDE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES		NATUREZA DA OCORRÊNCIA	
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL		CONVÊNIO SAÚDE (PAB) CONVÊNIO ESPECIALIZADO	
UNIDADE PRESTADORA DO ATENDIMENTO Código da Unidade: 0023671 CNPJ: 08.773.268/0001-69 Nome: HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES Endereço: AV. FLORIANO PEIXOTO, 4700 - MALVINAS Município: CAMPINA GRANDE Estado: PARAÍBA UF: 25		PROCEDIMENTO Exatidão do diagnóstico Exatidão do tratamento Exatidão da conduta Exatidão da prescrição Exatidão da evolução Exatidão da alta	
PACIENTE Nome: [illegible] Sobrenome: [illegible] Data de Nascimento: [illegible] Sexo: [illegible] RACIA/COR: [illegible]		TIPO DE ATENDIMENTO <input type="checkbox"/> 01 - URGÊNCIA <input type="checkbox"/> 02 - AGENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU SERVIÇO DA EMPRESA <input type="checkbox"/> 03 - AGENTE NO LOCAL DE TRABALHO <input type="checkbox"/> 04 - OUTROS TIPOS DE AGENTES DE TRABALHO <input type="checkbox"/> 05 - OUTROS TIPOS DE AGENTES DE TRABALHO	
ANAMNESE E EXAME FÍSICO SUMÁRIOS: [illegible]		ENCAMINHAMENTO <input type="checkbox"/> 01 - URGÊNCIA <input type="checkbox"/> 02 - AGENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU SERVIÇO DA EMPRESA <input type="checkbox"/> 03 - AGENTE NO LOCAL DE TRABALHO <input type="checkbox"/> 04 - OUTROS TIPOS DE AGENTES DE TRABALHO <input type="checkbox"/> 05 - OUTROS TIPOS DE AGENTES DE TRABALHO	
EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: [illegible]		SERVIÇOS REALIZADOS: [illegible]	
RESULTADOS [illegible]		ASS. DO(S) PROF. SSIONALIA(S) ASSISTENTE(S) - CARIMBO(S): [illegible]	
MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS [illegible]		ASS. DO PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL: [illegible]	
DIAGNÓSTICO / CID: [illegible]		ASS. DO REVISOR TÉCNICO (CARIMBO): [illegible]	

Sem identificação:

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARARUNA
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU
Rua Coronel Pedro Targino, s/n, Centro, Araruna - CEP: 58.233-000
CNPJ: 11.667.815/0001-51

1134
17.20

IDENTIFICAÇÃO / OCORRÊNCIA		Data: 05/03/15		Nº da Ocorrência: 1706351		Paciente / Usuário: [illegible]		Sexo: Masc. <input checked="" type="checkbox"/> Fem. <input type="checkbox"/>	
Local da Ocorrência: [illegible]		Apoio no Local: <input type="checkbox"/> PM <input type="checkbox"/> Resgate / Bombeiros <input type="checkbox"/> PRF <input type="checkbox"/> Agência de Tráfego <input type="checkbox"/> Outro: [illegible]		QTA: <input type="checkbox"/> Socorrido por terceiros <input type="checkbox"/> Recusou Atendimento <input type="checkbox"/> Socorrido pelo Bombeiro <input type="checkbox"/> Local não Encontrado <input type="checkbox"/> Outro: [illegible]		DESTINO: [illegible]		Responsável: [illegible]	
Local: [illegible]		Responsável: [illegible]		OBS.: [illegible]		Local: [illegible]		Responsável: [illegible]	
Local: [illegible]		Responsável: [illegible]		OBS.: [illegible]		Local: [illegible]		Responsável: [illegible]	
TIPO DE AGRAVO (NATUREZA DA OCORRÊNCIA): <input type="checkbox"/> CLÍNICO <input checked="" type="checkbox"/> Trauma <input type="checkbox"/> GINECO - OBSTÉTRICO <input type="checkbox"/> PSIQUIÁTRICO <input type="checkbox"/> TRANSFERÊNCIA PROCEDENTE DO: [illegible]		ANTECEDENTES: MEDICAMENTOS: [illegible] PATOLOGIA (S): [illegible] ÚLTIMA ALIMENTAÇÃO: [illegible] VACINAS: [illegible]		[illegible]		[illegible]		[illegible]	

DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE

AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS MÉDICOS COM O NOME DA SUPOSTA VÍTIMA/DOCUMENTOS CONTEMPORÂNEOS COMPLEMENTARES

A Lei que regula a indenização pleiteada pela Autora é a Lei n.º 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92 e 11.482/07. Estas leis determinam que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a morte e o acidente noticiado.

EM QUE PESE A PARTE AUTORA TER JUNTADO AOS AUTOS A CERTIDÃO DE ÓBITO DA VÍTIMA, NÃO HÁ ELEMENTOS CAPAZES DE COMPROVAR QUE A VÍTIMA TERIA FALECIDO EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO.

EXA., APESAR DA PARTE AUTORA TER JUNTADO DOCUMENTOS MÉDICOS, NÃO FICOU COMPROVADO ATRAVÉS DOS DEMAIS DOCUMENTOS TRAZIDOS PELO AUTOR QUE A MORTE DA VÍTIMA DECORREU DO ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

Perceba Exa., que os documentos médicos juntados aos autos, encontram-se totalmente ilegíveis, indecifráveis, imprestáveis, e mais não constaram o nome da vítima.

CUMPRE-SE RESSALTAR AINDA QUE A PARTE AUTORA NÃO JUNTOU NENHUM DOCUMENTO CONTEMPORÂNEO AO SINISTRO, DEIXANDO AINDA DE APRESENTAR A CERTIDÃO DO AUTO DE NECROPSIA / LAUDO CADAVERÍCO.

Perceba ainda, que não houve a juntada de toda documentação médica que comprove o nexo de causalidade e o lapso temporal, entre a suposta data do acidente informada, dia 05/12/2015, e a morte da vítima ocorrida em 19/12/2015!

B.O.:

GOVERNO DA PARAIBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
1ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CÍVEL
DELEGACIA DE POLÍCIA CÍVEL DE BARRA DE SANTA ROSA - PB
Rua 08 de Novembro, 3474, Jardim: Jd. 2770-1250 - CEP 54170-000.

BOLETIM DE OCORRÊNCIA VERSANDO SOBRE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO
Nº 03/2016

DATA, HORA E LOCAL DA OCORRÊNCIA: 05/12/2015, ÀS 17H:00MIN, NA RODOVIA ESTADUAL PB-133 QUE LIGA A CIDADE DE DAMIÃO-PB, AO DISTRITO DE LOGRADOURO.

DATA E HORA QUE A DELEGACIA TOMOU CONHECIMENTO DO FATO: 28/01/2016, ÀS 15H:00MIN.

COMUNICANTE: RUBENS FERREIRA DE SOUSA, Brasileiro, solteiro, nascido aos 11/02/1978, natural de Barra de Santa Rosa - PB, filho de José Luiz Ferreira e de Maria Joana de Sousa Ferreira, residente na Francisco Ana de Jesus, s/nº, Centro, Damião, RJ nº 1506527 SSP-PB e CPF nº 768.573.304-08.

VÍTIMA: ROSSON DE SOUSA FERREIRA, Brasileiro, solteiro, nascido aos 15/10/1986, natural de Barra de Santa Rosa - PB, filho de Maria Joan de Souza Ferreira e de José Luiz Ferreira, residente na Francisco Ana de Jesus, s/nº, Centro, Damião, RJ nº 3274440 SSP-PB e CPF nº 072.661.614-09.

TESTEMUNHAS:

1ª - MARIA DAS VITÓRIAS DE OLIVEIRA SILVA, residente na rua Romildo Fernandes, s/nº, Centro, Damião-PB. RG nº 2.755.952 SSP-PB e CPF nº 059.548.814-56.

2ª - DAMIANA DE OLIVEIRA SILVA, residente na Rua Manoel Inácio da Silva, nº 185, Centro, Damião -PB. RG nº 3.454.981 SSP-PB.

NARRATIVA: QUE POR DIA 05 (cinco) de Dezembro do ano de 2015, por volta das 17h:00min, seu irmão de nome ROSSON DE SOUSA FERREIRA, encontrava-se pilotando uma motociclista HONDA CG 125 TITAN, COR VERMELHA, ano e modelo 1996, chassi nº 9523C25GTTTB43237, PLACA MGS-8525-PB, de propriedade de ALEXANDRE AZEVEDO SILVA, na Rodovia Estadual PB-133, que liga as cidade de Damião ao Distrito de Logradouro, quando em uma curva, derrapou e caiu ao solo; QUE com foi ocorrido pelo SAMU da cidade de Aracuna, para a cidade de Campina Grande, pois precisamente para o Hospital Dom Luiz Gonzaga Fernandes, onde ficou internado por um período de 15 dias, tendo ido a ÓBITO no dia 19/02/2016, às 15h:57min; QUE procurou a Delegacia de Polícia desta cidade para registrar o ocorrido;

CERTIDÃO DE ÓBITO:


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE ÓBITO
NOME:
ROBSON DE SOUSA FERREIRA
MATRÍCULA:
0697730155 2015 4 00077 237 0031887 58

ANTONIO DE JESUS PINHEIRO
ZONA LESTE
Rio de Janeiro, RJ
12 de Dezembro de 2015

SEXO masculino	COR PARDA	ESTADO CIVIL E IDADE solteiro, 29 anos
NATURALIDADE/UF Barra de Santa Rosa-PB		DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CPF nº: 072.681.614-09
ELEITOR -- NÃO INFORMADO --		
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA (DO FALECIDO) JOSE LUIZ FERREIRA e MARIA JOANA DE SOUSA FERREIRA. Residência: RUA-FRANCISCA ANA DE JESUS, S/N, CENTRO, no município de Damião-PB		
DATA E HORA DO FALECIMENTO dezenove de dezembro do dois mil e quinze - 15:57		
DIA: 19 MÊS: 12 ANO: 2015		
Hospital de Emergência e Trauma D. Luiz G. Fernandes no município de Campina Grande-PB		
CAUSA DA MORTE MENINGITE SUBSEQUENTE A TRAUMATISMO CRANIO, ACIDENTE DE MOTOCICLETA, OCORRÊNCIA SÍTIO LOGRADOURO, GACIMBA DE DENTRO E COND. PARA CAMPINA GRANDE-PB, CONDUZIDO PARA IML		
NOME DO MÉDICO / CRM EDUARDO HERCULANO DE LIMA - CRM: 1350		LOCAL DO SEPULTAMENTO CEMITÉRIO DE DAMIÃO no município de Damião-PB
DECLARANTE RUBENS FERREIRA DE SOUSA, pai do falecido, brasileiro, solteiro, com 45 anos de idade, Agricultor, residente e domiciliado: RUA-FRANCISCA ANA DE JESUS, S/N, CENTRO, Damião-PB, natural de Barra de Santa Rosa-PB		
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES Observações: Registro lavrado em 20/12/2015, no Livro C-00077, N° 31887, folha 237. Foi apresentada a Declaração de Óbito nº 225244446. O FALECIDO DEIXA FILHOS MENORES DE IDADE, ERA AGRICULTOR, NADA MAIS FOI DECLARADO		
NOME DO OFÍCIO Cartório de Registro Civil de José Pinheiro		O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé, Campina Grande-PB, 20 de Dezembro de 2015
OFICIAL REGISTRADOR Francisco Solano Rodrigues		Francisco Solano Rodrigues Oficial do Registro Civil
MUNICÍPIO/UF Campina Grande-PB		Selo Digital: ACE22370-BPHO Consulte a autenticidade em: https://seiodigital.tjpb.jus.br
ENDEREÇO R. Fernandes Vieira, nº 330, José Pinheiro Campina Grande-PB - CEP: 58407490 Fone: 83-3341-8085 E-mail: cartoriojosepinheiro@hotmail.com		ANTONIO DE JESUS PINHEIRO ZONA LESTE Rio de Janeiro, RJ 12 de Dezembro de 2015

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supra transcrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do CPC.

No caso em apreço, não obstante dispensável a verificação do elemento culpa, mormente por se tratar de um seguro cuja responsabilidade é objetiva, é imprescindível a verificação de nexo de causalidade entre o acidente automobilístico e o dano fatal, sob pena de inviabilizar a indenização prevista na Lei 6194/74.

DESTARTE, COMO NÃO HÁ COMPROVAÇÃO CABAL DO NEXO CAUSALIDADE ENTRE A MORTE E O SUPOSTO ACIDENTE NOTICIADO, DEVERÁ SER A IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO É A MEDIDA QUE SE IMPÕE.

DA PLENA VIGENCIA DA LEI 11.482/07

ALTERAÇÃO DO ART. 4º DA LEI 6.194/74

Cumprе salientar que na data de 31 de Maio de 2007, entrou em vigor a Lei 11.482/07, que alterou a Lei 6.194/74 e a Lei 8.441/92. Em seu art. 8º, encontra-se especificado os novos valores a serem adotados, no que tange à indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT4.

Destaque-se ainda, que a Lei 11.482/07 modifica a forma de pagamento a ser realizado aos beneficiários legais e o mesmo art. 8º da referida Lei, alterou o art. 4º da Lei 6.194/74, no sentido de que a indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 do Código Civil 5.

Desta forma, resta indiscutivelmente comprovado que a verba indenitária deve ser rateada entre todos os beneficiários da vítima.

Reiterando que o valor indenizável para a cobertura de evento morte é de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), verifica-se que o valor deve ser dividido entre todos os beneficiários da vítima.

Portanto, para que a autora possa receber o valor referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, deve comprovar a qualidade de única beneficiária.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação6.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar máximo de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas.

Ante o exposto, requer a Ré a improcedência da ação, tendo amplamente demonstrado o total descabimento da presente demanda, nos exatos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Protesta, ainda, por todo o gênero de **provas** admitido em direito, especialmente documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da parte autora para que esclareça:

- Queira o autor esclarecer se é o único beneficiário da vítima ou tem conhecimento da existência de outros herdeiros;
- Queira o autor esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial;
- Se tem ciência de algum pagamento administrativo referente ao sinistro em tela;

Por fim, ressalta a necessidade da intervenção do Ministério Público nos casos de interesse de incapazes, sob pena de nulidade processual, conforme artigo 178, II c/c art. 279 do Código de Processo Civil.

PARA FINS DO EXPRESSO NO ARTIGO 106, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, REQUER A RÉ QUE TODAS AS INTIMAÇÕES SEJAM ENCAMINHADAS AO ESCRITÓRIO DE SEUS PATRONOS, SITO NA RUA SÃO JOSÉ, Nº 90, GRUPO 810/812, CENTRO, RIO DE JANEIRO-RJ, CEP: 20010-020 E QUE AS PUBLICAÇÕES SEJAM REALIZADAS, EXCLUSIVAMENTE, EM NOME DO PATRONO SUELIO MOREIRA TORRES INSCRITO SOB O Nº OAB/PB 15477, SOB PENA DE NULIDADE DAS MESMAS.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA/PB, 28 de Maio de 2019.

**SUELIO MOREIRA TORRES
OAB/PB 15477**

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477 - OAB/PB, com escritório na AV. JOAO MACHADO 553, SALA 111 - 1º ANDAR - EDF. PLAZA CENTER, CENTRO - JOAO PESSOA - PB, CEP: 58013-520, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **RUAN FERREIRA DE SOUSA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **BARRA DE SANTA ROSA**, nos autos do Processo nº 08001909120188150781.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
Vara Única de Barra de Santa Rosa

PROCESSO Nº 0800190-91.2018.8.15.0781
PROCEDIMENTO COMUM (7)
[SEGURO]

AUTOR: RUAN FERREIRA DE SOUSA, RAQUEL SILVA SOUSA PROCURADOR: CILENE
FERREIRA DE LIMA, EDIVALDA DA SILVA BEZERRA
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO

De ordem do MM Juiz de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido nos autos da ação acima identificada, nos termos do art. 275 e seguintes do CPC, **CITO Nome:**

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Endereço: Edifício Darke_, 23, Avenida Treze de Maio 23 - 2 Andar, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-902**

CITE-SE A PARTE RÉ, para responder ao processo no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá acostar toda a prova documental referente ao contrato guerreado, sob pena de arcar com os ônus probatórios da sua inércia.

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo: a) Em sendo alegada a ilegitimidade passiva, exercer a faculdade contida no art. do art. 338, do CPC/2015, no prazo de 15 (quinze) dias; b) Nas demais hipóteses, apresentar réplica à contestação (art. 350 e 351, do CPC/2015), no prazo de 15 dias.

BARRA DE SANTA ROSA-PB, 26 de fevereiro de 2019.

ADRIANO CRISPIM COSTA
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

18042210312332700000013506711



Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Barra de Santa Rosa

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800190-91.2018.8.15.0781

DESPACHO

Considerando a postura reiterada do demandado em não realizar acordos em demandas desse jaez, bem como a ausência de centros judiciários de solução consensual de conflitos nessa comarca, a necessidade de racionalização dos atos processuais e a necessidade de efetivação da prestação jurisdicional sugere que seja determinada a CITAÇÃO PARA OFERECIMENTO DE CONTESTAÇÃO, SEM A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR, com renovação da tentativa de conciliação após a produção da prova documental – o que implicará em maior aptidão das partes de avaliar sua posição processual.

CITE-SE A PARTE RÉ, para responder ao processo no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá acostar toda a prova documental referente ao contrato guerreado, sob pena de arcar com os ônus probatórios da sua inércia.

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo: a) Em sendo alegada a ilegitimidade passiva, exercer a faculdade contida no art. do art. 338, do CPC/2015, no prazo de 15 (quinze) dias; b) Nas demais hipóteses, apresentar réplica à contestação (art. 350 e 351, do CPC/2015), no prazo de 15 dias.

Concedo a gratuidade da justiça, consoante art. 99, § 3º, do CPC/2015.

Cumpra-se.

Barra de Santa Rosa (PB), 18 de dezembro de 2018

FÁBIO BRITO DE FARIA
Juiz de Direito

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE BARRA DE SANTA ROSA - PB

PROC. nº 0800190-91.2018.815.0781

RUAN FERREIRA DE SOUSA, devidamente qualificado nos autos da presente **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, por seu advogado, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, **ESCLARECER** que toda a documentação necessária para o recebimento do Seguro DPVAT foi enviada através dos Correios para a Seguradora, parte ré desse processo. Entretanto, o autor não tem como comprovar, pois acabou extraviando o comprovante de envio.

Neste sentido, tendo em vista o prazo prescricional administrativo ter se esgotado, o autor **REQUER** a este douto juízo, que seja dada oportunidade novamente de apresentar a documentação exigida pela seguradora no curso do presente processo.

É importante ressaltar, que os autores são pessoas sem instrução nenhuma, e requereram administrativamente o DPVAT diretamente nos Correios, sem nenhuma orientação.

P. Deferimento

Barra de Santa Rosa – PB, 01 de outubro de 2018.

Alysson Wagner Corrêa Nunes
OAB-PB 17.113



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
Vara Única de Barra de Santa Rosa

PROCESSO Nº 0800190-91.2018.8.15.0781
PROCEDIMENTO COMUM (7)
[SEGURO]

AUTOR: RUAN FERREIRA DE SOUSA, RAQUEL SILVA SOUSA PROCURADOR: CILENE
FERREIRA DE LIMA, EDIVALDA DA SILVA BEZERRA
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA

Intime-se o autor, através de seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, complementar a inicial, no sentido de esclarecer se houve o atendimento às exigências feitas pela seguradora, com o envio correto da documentação requerida, sob pena de, em não o fazendo, a inicial ser indeferida pela inépcia e, em consequência, o processo ser extinto sem julgamento do mérito.

Vara Única de Barra de Santa Rosa-PB, 30 de agosto de 2018.

Eu, _____, Analista/Técnico Judiciário, digitei-o.



**Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Barra de Santa Rosa**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800190-91.2018.8.15.0781

DECISÃO

Cuidam-se os autos de COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT.

Verifico que a parte instruiu sua petição inicial com cópia do pedido administrativo cuja resposta da Seguradora indicou a ausência de envio de documentos essenciais, com a informação de que tais documentos foram com páginas incompletas (id. 13832701 - Pág. 2).

Assim, verifico que aparentemente nunca chegou a haver a negativa de atendimento pela Seguradora, mas verdadeira inércia da autora em instruir corretamente seu pedido na seara administrativa, subtraindo da demandada a oportunidade de apreciar o pedido de indenização securitária pelas vias normais.

Não obstante a ausência de documento essencial à propositura da demanda, resta imprescindível oportunizar à parte autora a juntada do mesmo, em especial respeito ao princípio da cooperação (NCPC, art. 6º), à celeridade e economia processual (art. 5º, CF/88).

Nesse sentido, intime-se o autor, através de seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, complementar a inicial, no sentido de esclarecer se houve o atendimento às exigências feitas pela seguradora, com o envio correto da documentação requerida, sob pena de, em não o fazendo, a inicial ser indeferida pela inépcia e, em consequência, o processo ser extinto sem julgamento do mérito.

Decorrido o prazo, façam-se conclusos.

Barra de Santa Rosa, data e assinatura digitais.

Juiz(a) de Direito

EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUIZA DE DIREITO DA COMARCA DE BARRA DE SANTA ROSA - PB

RUAN FERREIRA DE SOUSA, brasileiro, menor impúbere, portador do CPF nº 132.447.634-64, **representado** por sua genitora a SRA. **CILENE FERREIRA DE LIMA**, brasileira, solteira, agricultora, portadora da cédula de Identidade nº 3470450 SSP/PB e CPF nº 081.213.044-82, ambos, residentes e domiciliados na Rua Francisca Ana de Jesus, s/n, na Cidade de Damião – PB e **RAQUEL SILVA SOUSA**, brasileira, menor impúbere, portadora da cédula de Identidade nº 4.417.805 e CPF nº 127.308.244-30, **representado** por sua genitora a SRA. **EDIVALVA DA SILVA BEZERRA**, brasileira, solteira, agricultora, portadora da cédula de Identidade nº 2910197 SSP/PB e CPF nº 059.502.344-48, ambos, residentes e domiciliados na Rua Projetada, s/n, na Cidade de Damião – PB, por seu bastante procurador e advogado “in fine” assinado, legalmente constituído na forma definida pela procuração Adjudicia, em anexo, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro no art. 218 do CPC e na Lei nº 6.194/74, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, localizada na Rua Treze de Maio, 23, 2º andar, Edifício Darke, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro – RJ – CEP 20031-902, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer à V. Exª. seja deferido o benefício da Gratuidade de Justiça, com embasamento na lei 1.060/50, com alterações introduzidas pela lei 7.510/86, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, conforme declaração na forma da lei anexa.

DA SITUAÇÃO FÁTICA

Os requerentes são filhos do falecido Sr. **ROBSON DE SOUSA FERREIRA**, portador do CPF nº 072.681.614-09 e com RG nº 32.744.40 SSP/PB, falecido em 19 DE DEZEMBRO DE 2015, vítima de acidente de trânsito, quando nas mediações da Cidade de Damião – PB, na PB – 133, que liga a Cidade de Damião e o Distrito de Logradouro, Município de Cacimba de Dentro - PB, ao conduzir uma motocicleta **HONDA CG 125 TITAN**, derrapou e caiu ao solo, não resistindo aos ferimentos, vindo à óbito, após 15 dias de internamento no Hospital Dom Luiz Gonzaga Fernandes, na Cidade de Campina Grande - PB.

O falecido não era casado. Deixou dois filhos.

O direito dos autores, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, sendo lhe **devido o valor de R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente e a morte.

Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteado, visto que a mesma pertence ao rol de seguradoras que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio DPVAT, contudo, vem causando entraves inexplicáveis para efetuar o devido pagamento securitário, desde o falecimento do pai dos requerentes em 2015.

Nesse sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido pelo Sr **ROBSON DE SOUSA FERREIRA**, culminado com o óbito, os requerentes, filhos do falecido, busca a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer o seu Direito.

DO DIREITO

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por **morte, invalidez permanente** e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

“Art. 2º – Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea “I” nestes termos:

Art. 20, I – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua

carga, a pessoas não transportadas ou não.

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

Art. 4º – A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.

Assim, resta claro que os requerentes devem ser indenizados pelo seguro, como medida de direito, visto são filhos sobreviventes da vítima.

Neste sentido, vejamos nossa Jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - INDENIZAÇÃO POR MORTE - BOLETIM DE OCORRÊNCIA - IRRELEVÂNCIA - JUNTADA DE DOCUMENTO HÁBIL A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O DANO - ALEGADA CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO A QUO - EDIÇÃO DA MP Nº 340 /2006 - MERA RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA EM RAZÃO DA DEPRECIÇÃO INFLACIONÁRIA - RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 8771997 PR 877199-7 (Acórdão) TJPR).

EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE TER O SEU TERMO INICIAL DE INCIDENCIA A PARTIR DA DATA DO ÓBITO VERBA INDENIZATORIA QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR NA DATA DO FALECIMENTO DA VÍTIMA RECURSOS IMPROVIDOS. (TJSP - Apelação APL 9196426172009826 SP 9196426-17.2009.8.26.0000).

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEÍCULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

Desse modo, recorremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa.

DA PERÍCIA

Deixa de requerer perícia e, conseqüentemente, de formular quesitos periciais, por motivo de óbito do periciado, não havendo necessidade para tal.

DO PEDIDO

Diante do exposto, REQUER-SE:

- a) o deferimento dos benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC/2015;
- b) a designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do art. 319, VII, do CPC/2015;
- c) a citação do requerido por meio postal, nos termos do art. 246, inciso I, do CPC/2015;
- d) a procedência do pedido com a condenação do requerido ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), **no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, acrescidos de juros de mora, atualização monetária, e demais cominações legais, **OBSERVANDO-SE**, que o pagamento deveria ter sido efetuado para a requerente no mês de dezembro de 2015.
- f) seja o réu condenado ao pagamento de custas processual e honorário advocatício;

Pretende-se provar o alegado por todos os meios de prova admitidos, em especial, pelos documentos acostados à inicial, por testemunhas a serem arroladas em momento oportuno e novos documentos que se mostrarem necessários.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Termos em que,
Pede deferimento.

Barra de Santa Rosa – PB, data de inclusão no sistema.

ALYSSON WAGNER CORRÊA NUNES
OAB – PB 17.113

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: RAQUEL SILVA SOUSA, brasileira, menor impúbere, portadora da cédula de Identidade nº 4.417.805 e CPF nº 127.308.244-30, representado por sua genitora a SRA. **EDIVALVA DA SILVA BEZERRA**, brasileira, solteira, agricultora, portadora da cédula de Identidade nº 2910197 SSP/PB e CPF nº 059.502.344-48, ambos, residentes e domiciliados na Rua Projetada, s/n, na Cidade de Damião - PB.

OUTORGADO: ALYSSON WAGNER CORRÊA NUNES, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB-PB sob o nº 17.113, com escritório profissional na Rua Nossa Senhora da Conceição, 12, centro, na cidade de Barra de Santa Rosa-PB, Telefax: (083) 3376-1119 – (83) 91090768 e e-mail: adv.alyssoncorrea@gmail.com

PODERES: Amplos e ilimitados poderes, a fim de que agindo em conjunto ou separadamente, possa defender os interesses e direitos do(s) outorgante(s), nesta cidade ou onde se apresentar, perante qualquer Juízo ou administração, Instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, em qualquer pleito iniciado ou por se iniciar, em que for autor(a) ou réu(é), oponente ou assistente, propondo ação competente contra quem de direito, requerer benefícios, variar, renovar, desistir e assinar desistência de ações, reconvir, firmar acordo, remir dívidas, prestar compromissos, transigir receber citação, receber e dar quitação, prestar declarações, inclusive aqueles que dependam de delegação especial e que não estejam, aqui, expressamente, mencionados, dando tudo por bom, firme e valioso, podendo, também, substabelecer a presente com ou sem reserva de poderes, podendo inclusive requerer inventário, praticando todos os atos concernente a este fim, podendo inclusive renunciar ao valor que ultrapasse o teto de 60 (sessenta) salários mínimos, podendo ainda prestar declarações.

Damião – PB, 26 de março de 2018.


Outorgante

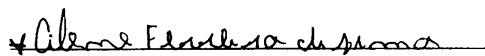
PROCURAÇÃO

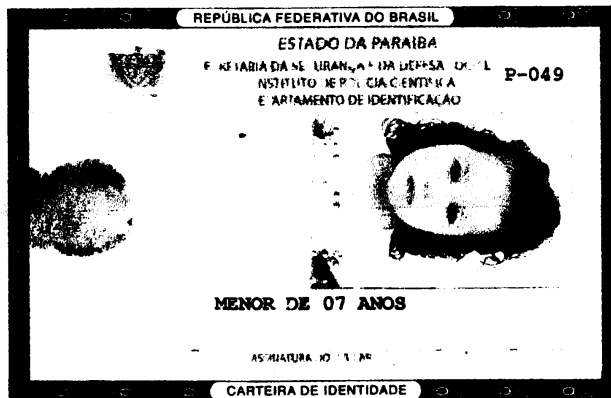
OUTORGANTE: RUAN FERREIRA DE SOUSA, brasileiro, menor impúbere, portador do CPF nº 132.447.634-64, representado por sua genitora a SRA. **CILENE FERREIRA DE LIMA**, brasileira, solteira, agricultora, portadora da cédula de Identidade nº 3470450 SSP/PB e CPF nº 081.213.044-82, ambos, residentes e domiciliados na Rua Francisca Ana de Jesus, s/n, na Cidade de Damião - PB.

OUTORGADO: ALYSSON WAGNER CORRÊA NUNES, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB-PB sob o nº 17.113, com escritório profissional na Rua Nossa Senhora da Conceição, 12, centro, na cidade de Barra de Santa Rosa-PB, Telefax: (083) 3376-1119 – (83) 91090768 e e-mail: adv.alyssoncorrea@gmail.com

PODERES: Amplos e ilimitados poderes, a fim de que agindo em conjunto ou separadamente, possa defender os interesses e direitos do(s) outorgante(s), nesta cidade ou onde se apresentar, perante qualquer Juízo ou administração, Instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, em qualquer pleito iniciado ou por se iniciar, em que for autor(a) ou réu(é), oponente ou assistente, propondo ação competente contra quem de direito, requerer benefícios, variar, renovar, desistir e assinar desistência de ações, reconvir, firmar acordo, remir dívidas, prestar compromissos, transigir receber citação, receber e dar quitação, prestar declarações, inclusive aqueles que dependam de delegação especial e que não estejam, aqui, expressamente, mencionados, dando tudo por bom, firme e valioso, podendo, também, substabelecer a presente com ou sem reserva de poderes, podendo inclusive requerer inventário, praticando todos os atos concernente a este fim, podendo inclusive renunciar ao valor que ultrapasse o teto de 60 (sessenta) salários mínimos, podendo ainda prestar declarações.

Damião - PB, 28 de março de 2018.


Outorgante



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	4.417.805
DATA DE EXPEDIÇÃO	16/03/2016
NOME	RAQUEL SILVA SOUSA
FILIAÇÃO	ROBSON DE SOUSA FERREIRA EDINALVA DA SILVA BEZERRA
NATURALIDADE	CAMPINA GRANDE-PB
DATA DE NASCIMENTO	04/10/2013
DOC ORIGEM	NASC.N.20149 FLS.114 LIV.A 19 CARTÓRIO BARRA SANTA ROSA PB
CPF	127.308.244-30
Assinatura	
Assinatura do TITULAR	
Assinatura do TITULAR	



SERVIÇO REGISTRAL
Ana Braga Henriques
Ana Maria Henriques de Almeida
OFICIALA SUBSTITUTA
BARRA DE SANTA ROSA - PB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certidão de Nascimento

NOME:

RAQUEL SILVA SOUSA

MATRÍCULA

0711670155 2013 1 00019 114 0020149 50

DATA DE NASCIMENTO (POR EXTENSO) quatro de outubro de dois mil e treze DIA 04 MÊS 10 ANO 2013

HORA DE NASCIMENTO 09:49 MUNICIPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO Campina Grande-PB

MUNICIPIO DE REGISTROUF Barra de Santa Rosa-PB LOCAL DE NASCIMENTO Instituto de Saúde Elpidio de Almeida - ISEA SEXO feminino

FILIAÇÃO Robson de Sousa Ferreira e Edivalda da Silva Bezerra

AVÓS
PATERNO(S): José Luiz Ferreira e Maria Joana de Sousa Ferreira ;
MATERNO(S): Durval Bezerra da Silva e Maria Dalva da Silva Bezerra.

GÊMEOS NÃO NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S) NÃO POSSUI

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO) quatorze de outubro de dois mil e treze (14/10/2013). DNV (DEC. NASC. VIVO) 30812100725

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES
Obs: Registro lavrado em 14/10/2013, no livro A-00019, Nº 20149, folha 114. Os genitores da registrada são agricultores.

SERVIÇO REGISTRAL
Ana Braga Henriques
Ana Maria Henriques de Almeida
OFICIALA SUBSTITUTA
BARRA DE SANTA ROSA - PB

NOME DO OFÍCIO
Cartório de Registro Civil e Notas

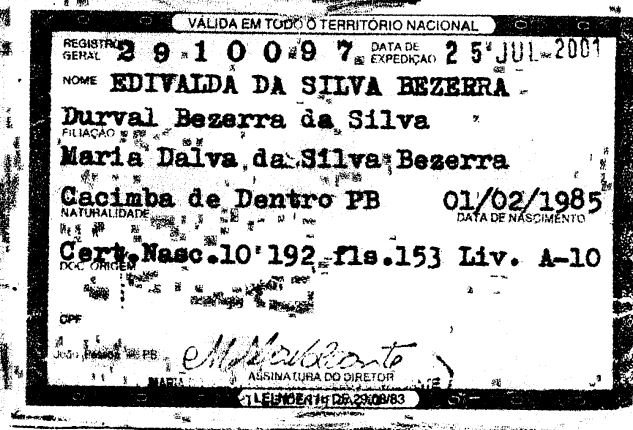
OFICIAL REGISTRADOR
Cicera Cisinha dos Santos

MUNICIPIOUF Barra de Santa Rosa-PB

ENDEREÇO
Rua Manoel de Sousa Lima, 70 - Centro Barra de Santa Rosa-PB -
CEP - 5817000 FONE: (83)3376-1147

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Barra de Santa Rosa-PB, 14 de Outubro de 2013

Ana Maria Henriques de Almeida
Ana Maria Henriques de Almeida
Oficiala Substituta



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, **RAQUEL SILVA SOUSA**, brasileira, menor impúbere, portadora da cédula de Identidade nº 4.417.805 e CPF nº 127.308.244-30, representado por sua genitora a SRA. **EDIVALVA DA SILVA BEZERRA**, brasileira, solteira, agricultora, portadora da cédula de Identidade nº 2910197 SSP/PB e CPF nº 059.502.344-48, ambos, residentes e domiciliados na Rua Projetada, s/n, na Cidade de Damião - PB, **DECLARO** que, em razão de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e da Lei nº 1.060/50.

Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo, na forma do art. 98 do Código de Processo Civil.

Damião - PB, 28 de março de 2018.

Edivalva da Silva Bezerra





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certidão de Nascimento

NOME:

RUAN FERREIRA DE SOUSA

MATRÍCULA:

073288 01 55 2011 1 00002 290 0011668 45

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
DE DAMIÃO - PB
Comarca Barra de Santa Rosa

DATA DE NASCIMENTO(POR EXTENSO) dez de agosto de dois mil onze DIA 10 MES 08 ANO 2011

HORA DE NASCIMENTO 13:45 MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO Campina Grande-PB

MUNICÍPIO DE REGISTRO/UF Damião-PB LOCAL DE NASCIMENTO ISEA SEXO masculino

FILIAÇÃO ROBSON DE SOUSA FERREIRA e CILENE FERREIRA DE LIMA

AVÓS
PATERNOS: Jose Luis Ferreira e Maria Joana de Sousa
MATERNOS: José Salustino e Joana Ferreira de Lima

GÊMEOS NÃO NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S) NÃO POSSUI

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO) vinte e um de setembro de dois mil onze (21/09/2011) DNV (DEC. NASC. VIVO) 30570727156

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES
Obs: Reg. no Livro A - 00002 Folhas 290F Termo 11668, os genitores do registrado se declaram agricultores.

NOME DO OFÍCIO
Cartório do Registro Civil de Damão - Paraíba

OFICIAL REGISTRADOR
João André dos Santos

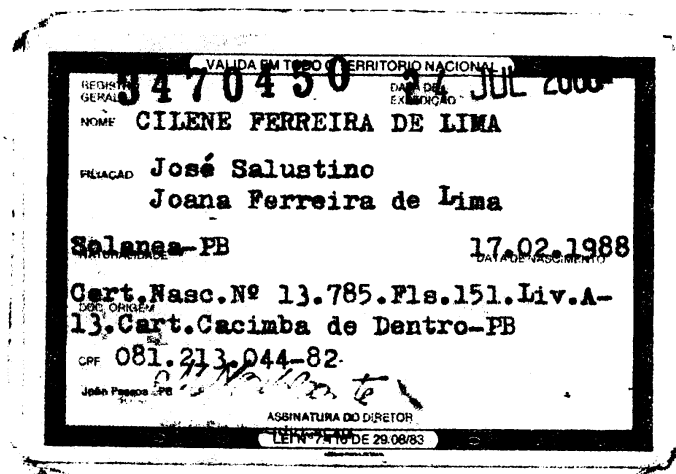
MUNICÍPIO/UF
Damião-PB

ENDEREÇO
Rua: São Luis S/N Centro, Damão-PB - Fone: (83)3635-1020

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Damião-PB, 21 de Setembro de 2011

Roseno da Silva Nascimento
Escriturário Substituto
Roseno da Silva Nascimento
Oficial Substituto



JULIANO FIRMINO DA SILVA
RUA FRANCISCA ANA JESUS, S/N - CJANT MARIZ
DAMIAO/PB CEP 68173000 (AG 82)

Emissão: 29/11/2017 Referência: Nov/2017
Classe/Subcl: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO
Roteiro: 17 - 50 - 810 - 7500 Nº medidor: 00008971722

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
E: 230, 4 - 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.016.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 001 358 889
Cód. para Débito Automático: 00014806316

Atendimento ao Cliente ENERGISA **0800 083 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Nov / 2017	29/11/2017	28/12/2017	4811955480

UC (Unidade Consumidora): **5/1450631-5**

Canal de contato

CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL -
CADASTRO BIOMÉTRICO
A JUSTIÇA ELEITORAL CONVOCA OS ELEITORES QUE AINDA
NÃO FIZERAM O CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO PARA QUE
PROCUREM O CARTÓRIO ELEITORAL OU POSTO DE ATENDI-
MENTO MAIS PRÓXIMO DA SUA RESIDÊNCIA, ATÉ 30/11/2017
PORTANDO DOCUMENTO OFICIAL COM FOTO, COMPROVAN-
TE DE RESID. DOS ÚLTIMOS 3 MESES E TÍTULO ELEITORAL
SE HOUVER. EM CASO DE DÚVIDAS, CONSULTAR O SITE
WWW.TRE-PB.JUS.BR OU LIGAR PARA O FONE 3512-1381

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias	
Data	Leitura	Data	Leitura				
30/10/17	25	28/11/17	81	1	56	30	
Demonstrativo							
CCI	Descrição	Quantidade	Valor Base Calc.	Tributos (R\$)	ICMS (R\$)	Pou/Colm(R\$) (1,3291%)	Colm(R\$) (6,1218%)
0801	Consumo em kWh	56,000	0,732200	41,00	41,00	25	10,25
0801	Adic. B. Vermelha			4,10	4,10	25	1,02
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS							
0804	JUROS DE MORA 10/2/17			0,04	0,00	0	0,00
0805	MULTA 10/2/17			0,34	0,00	0	0,00

CCI	Código de Classificação do Item	TOTAL
		45,48 45,10 11,27 45,10 0,58 2,78

Média últimos meses (kWh) **VENCIMENTO** **TOTAL A PAGAR**
31 **06/12/2017** **R\$ 45,48**

Histórico de Consumo (kWh)

25	30	30	30	30	30	30	30	30	36	38
Out/17	Set/17	Ago/17	Jul/17	Jun/17	Mai/17	Abr/17	Mar/17	Fev/17	Jan/17	Dez/16

997c.6f3f.8dc6.963a.b489.8b28.ac2d.ecb9.

Indicadores de Qualidade 9/2017 - Araruna

Limites da ANEEL		Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	12,84	1,81	NOMINAL 220	Serviço de Dist. da Energia PB	10,58	23,28
DIC TRIMESTRAL	12,84			Compra de Energia	15,33	33,71
DIC ANUAL	25,68		CONTRATADA LIMITE INFERIOR 202 LIMITE SUPERIOR 231	Serviço de Transmissão	1,82	3,98
FIC MENSAL	3,49	1,00		Encargos Setoriais	2,94	6,46
FIC TRIMESTRAL	6,97			Impostos Diretos e Encargos	15,00	32,98
FIC ANUAL	13,95			Outros Serviços	0,00	0,00
DMIC	3,80	1,81				
DMCI	12,22					
Total					45,48	100,00

Valor do EUSD (Ref 9/2017) R\$ 7,55

- Leitura confirmada

ATENÇÃO

em atraso

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, **RUAN FERREIRA DE SOUSA**, brasileiro, menor impúbere, portador do CPF nº 132.447.634-64, representado por sua genitora a SRA. **CILENE FERREIRA DE LIMA**, brasileira, solteira, agricultora, portadora da cédula de Identidade nº 3470450 SSP/PB e CPF nº 081.213.044-82, ambos, residentes e domiciliados na Rua Francisca Ana de Jesus, s/n, na Cidade de Damião - PB., **DECLARO** que, em razão de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e da Lei nº 1.060/50.

Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo, na forma do art. 98 do Código de Processo Civil.

Damião - PB, 28 de março de 2018.

* Cílene Ferreira de Lima

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DIP. 26

Robson de Sousa Ferreira
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição

072.681.614-09

Nome
ROBSON DE SOUSA FERREIRA

Nascimento
15/10/1986



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 32.744.40 DATA DE EXPIRAÇÃO 23 SET 2004

NOME ROBSON DE SOUSA FERREIRA

Nome José Luis Ferreira

FILIAÇÃO Maria Joana de Sousa Ferreira

Barra de Santa Rosa-PB 15-10-1986 DATA DE NASCIMENTO

Cert. Nasc. No. 31.104 Fls. 291 Liv. A-11. Cart. Barra de Santa Rosa-PB

CPF

M. N. M. L. F.
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

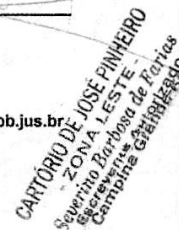
ROBSON DE SOUSA FERREIRA

MATRÍCULA:

0697730155 2015 4 00077 237 0031887 58



SEXO masculino	COR PARDA	ESTADO CIVIL E IDADE solteiro, 29 anos
NATURALIDADE/UF Barra de Santa Rosa-PB		DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CPF nº: 072.681.614-09
ELEITOR — NÃO INFORMADO —		
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA (DO FALECIDO) JOSE LUIZ FERREIRA e MARIA JOANA DE SOUSA FERREIRA. Residia na(c) RUA-FRANCISCA ANA DE JESUS,S/N,CENTRO, no município de Damião-PB		
DATA E HORA DO FALECIMENTO dezenove de dezembro de dois mil e quinze - 15:57		DIA 19
		MÊS 12
		ANO 2015
LOCAL DO FALECIMENTO Hospital de Emergência e Trauma D.Luiz G. Fernandes no município de Campina Grande-PB		
CAUSA DA MORTE MENINGITE SUBSEQUENTE A TRAUMATISMO CRANIO,ACIDENTE DE MOTOCICLETA,OCORRENCIA SITIO LOGRADOURO,CACIMBA DE DENTRO E COND. PARA CAMPINA GRANDE-PB,CONDUZIDO PARA IML		
NOME DO MÉDICO / CRM EDVARDO HERCULANO DE LIMA - CRM: 1350		LOCAL DO SEPULTAMENTO CEMITÉRIO DE DAMIÃO no município de Damião-PB
DECLARANTE RUBENS FERREIRA DE SOUSA, pai do falecido, brasileiro, solteiro, com 45 anos de idade, Agricultor, residente e domiciliado: RUA-FRANCISCA ANA DE JESUS,S/N,CENTRO, Damião-PB, natural de Barra de Santa Rosa-PB		
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES Observações: Registro lavrado em 20/12/2015, no Livro C-00077, N° 31887, folha 237. Foi apresentada a Declaração de Óbito nº 225244446. O FALECIDO DEIXA FILHOS MENORES DE IDADE,ERA AGRICULTOR,NADA MAIS FOI DECLARADO		
NOME DO OFÍCIO Cartório de Registro Civil de José Pinheiro		
O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé. Campina Grande-PB, 20 de Dezembro de 2015		
OFICIAL REGISTRADOR Francisco Solano Rodrigues		
MUNICÍPIO/UF Campina Grande-PB		
ENDEREÇO R: Fernandes Vieira, nº 330, José Pinheiro Campina Grande-PB - CEP 58407490 Fone: 83.3341.8065 E-mail: cartoriojosepinheiro@hotmail.com		
Selo Digital: ACE22370-BPHO Consulte a autenticidade em: https://selodigital.tjpb.jus.br		



ARPENBRASIL AA 001511804 BRP

BOLETIM DE OCORRÊNCIA VERSANDO SOBRE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO
Nº 03/2016

DATA, HORA E LOCAL DA OCORRÊNCIA: 05/12/2015, ÀS 17H:00MIN, NA RODOVIA ESTADUAL PB-133 QUE LIGA A CIDADE DE DAMIÃO-PB, AO DISTRITO DE LOGRADOURO.

DATA E HORA QUE A DELEGACIA TOMOU CONHECIMENTO DO FATO: 28/01/2016, ÀS 15H:00MIN.

COMUNICANTE: RUBENS FERREIRA DE SOUSA, Brasileiro, solteiro, nascido aos 13/02/1970, natural de Barra de Santa Rosa - PB, filho de José Luiz Ferreira e de Maria Joana de Souza Ferreira, residente na Francisca Ana de Jesus, s/nº, Centro, Damião. RG Nº 1506527 SSP-PB e CPF Nº 768.579.304-06.

VÍTIMA: ROBSON DE SOUSA FERREIRA, Brasileiro, solteiro, nascido aos 15/10/1986, natural de Barra de Santa Rosa - PB, filho de Maria Joan de Souza Ferreira e de José Luiz Ferreira, residente na Francisca Ana de Jesus, s/nº, Centro, Damião. RG Nº 3274440 SSP-PB e CPF Nº 072.681.614-09.

TESTEMUNHA (S):

1ª - MARIA DAS VITÓRIAS DE OLIVEIRA SILVA, residente na rua Romildo Fernandes, s/nº, Centro, Damião-PB. RG Nº 2.755.952 SSP-PB e CPF Nº 059.548.814-56.

2ª - DAMIANA DE OLIVEIRA SILVA, residente na Rua Manoel Inácio da Silva, nº 165, Centro, Damião -PB. RG Nº 3.454.981 SSP-PB.

NARRATIVA: QUE no dia 05 (Cinco) de Dezembro do ano de 2015, por volta das 17h:00min, seu irmão de nome ROBSON DE SOUSA FERREIRA, encontrava-se pilotando uma motocicleta HONDA CG 125 TITAN, COR VERMELHA, ano e modelo 1996, chassi nº 9C2JC250TTR063237, PLACA MMS-8525-PB, de propriedade de ALEXANDRE AZEVEDO SILVA, na Rodovia Estadual PB-133, que liga as cidade de Damião ao Distrito de Logradouro, quando em uma curva, derrapou e caiu ao solo; QUE com foi socorrido pelo SAMU da cidade de Araruna, para a cidade de Campina Grande, mais precisamente para o Hospital Dom Luiz Gonzaga Fernandes, onde ficou internado por um período de 15 dias, tendo ido a ÓBITO no dia 19/02/2015, as 15h:57min; QUE procurou a Delegacia de Polícia desta cidade para Registrar o ocorrido.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: LAVRATURA DO PRESENTE BOLETIM.

AUTORIDADE:

DECIO DE SOUZA LIMA FILHO
DELEGADO DE POLÍCIA

COMUNICANTE:

Rubens Ferreira de Sousa

ESCRIVÃO:



1134
17.20

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARARUNA
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU
 Rua Coronel Pedro Targino, s/n, Centro, Araruna - CEP: 58.233-000
 CNPJ: 11.667.845/0001-51

IDENTIFICAÇÃO / OCORRÊNCIA	
Data: 05/12/15	Nº da Ocorrência: 1066393
Paciente / Usuário: Sema dentiflex	Idade: - Sexo: Masc. <input checked="" type="checkbox"/> Fem. <input type="checkbox"/>
Local da Ocorrência: Rua 155, Casa 10 de Dentiflex	Médico Regulador: Dr. F. F. F. F.
APOIO NO LOCAL: <input type="checkbox"/> PM <input type="checkbox"/> Resgate / Bombeiros <input type="checkbox"/> PRF <input type="checkbox"/> Agências de Tránsito <input type="checkbox"/> Outro: _____	
QTA: <input type="checkbox"/> Socorrido por terceiros <input type="checkbox"/> Recusou Atendimento <input type="checkbox"/> Socorrido pelo Bombeiro <input type="checkbox"/> Local não Encontrado <input type="checkbox"/> Outro: _____	

DESTINO:	
Local: Rua 155, Casa 10 de Dentiflex	Responsável: Luis Gustavo de Oliveira
Local: _____	Responsável: _____
Local: _____	Responsável: _____

TIPO DE AGRAVO (NATUREZA DA OCORRÊNCIA): <input type="checkbox"/> CLÍNICO <input type="checkbox"/> GINECO - OBSTÉTRICO <input type="checkbox"/> PSIQUIÁTRICO <input type="checkbox"/> TRANSFERÊNCIA PROCEDENTE DO: _____	ANTECEDENTES: MEDICAMENTOS: _____ PATOLOGIA (S): _____ ÚLTIMA ALIMENTAÇÃO: _____ VACINAS: _____
---	--

EXAMES FÍSICO:	
NÍVEL DE CONSCIÊNCIA: () CONSCIENTE () ORIENTADO () ALGO DESORIENTADO (X) INCONSCIENTE () HÁLITO ETÍLICO () ABUSO DE DROGAS () SONOLENTO () COMA () AGITADO () OUTRO: _____	
FUNÇÃO MOTORA: () DEAMBULA () DEAMBULA COM AUXÍLIO () ACAMADO () OUTRO: _____	
PELE E MUCOSA: () PÁLIDO () ICTÉRICO () CIANÓTICO (X) PELE FRIA () SUDORÉICA () PETÉQUIAS () EQUIMOSES () OUTRO: _____	
SISTEMA RESPIRATÓRIO: () EUPNEICO (X) DIPNEIA () TAQUIPNEIA () BRADIPNEIA () APNEIA () BATIMENTO DAS ASAS DO NARIZ (X) MV+ () MV- () RETRAÇÕES INTERCOSTAIS (X) HEMOPTISE () EPSTAXE () OUTROS: _____	
SISTEMA CARDIOVASCULAR: (X) NORMOCARDIO () TAQUICARDIA () BRADICARDIA () ASSISTOLIA () BCF () PULSOS+ NORMAIS () PULSOS FILIFORMES	
SISTEMA DIGESTÓRIO: DIETA: () + () - / () VO () SNG () SNE / ABDOME: () GLOBOSO () PLANO () FLÁCIDO () DOLOR A PALPAÇÃO () RH+ () RH- CONSTIPAÇÃO INTESTINAL () DIARRÉIA () DESENTERIA () HEMATÉMESE () NAUSEAS () VÔMITOS () OUTRO: _____	
SISTEMA GENITOURINÁRIO: () DISÚRIA () POLACIÚRIA () ANÚRIA () HEMATÚRIA () INCONTINÊNCIA URINÁRIA () RETENÇÃO URINÁRIA (X) SDV DU: 400 ml () SVA	
QUEIXA PRINCIPAL: () DOR / LOCAL: _____ PARESTESIA / LOCAL: _____ PARALISIA / LOCAL: _____ () OUTRA: _____	

DADOS VITAIS:	
VVAA: () LIVRES () OBSTRUÍDA () CORPO ESTRANHO () SECREÇÕES / TEMPERATURA: _____ °C GLICEMIA CAPILAR: _____ mg/dl	
FR: _____ lrp / SpO2 SEM O2: 85 % / SpO2 COM O2: 95 % / FC: 71 bpm PA: 10x1 mmHg PERFUSÃO () <2s () >2s	

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM:	
DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM: <u>2. Alteração da respiração relacionada à TCE grave e evidenciada por dispnéia, ↓ SatO2.</u>	
INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM: <u>Organização suplementar + abertura das vias aéreas + oxigenação (contínua)</u>	
EVOLUÇÃO: (X) ENFERMEIRO () TÉCNICO DE ENFERMAGEM: <u>Por ser paciente vítima de acidente de trânsito apresentando TCE grave, hematomas pericrânio, hemiparêse, lesões faciais. Não possui documentos pessoais para identificação. Realizado o AVP com gelco 12/10/15, suplenção (contínua) e administração de O2 por máscara com reservatório (15l/min), sendo que após 30 minutos de oxigenação, foi medido SVD no 78 com saturação de 100%, com oxigenação suficiente para desmambicção. Glasgow de 25.</u>	

IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE (NOME E NÃO ASSINATURA)	
ENFERMEIRO: <u>Alana</u>	COREN: <u>455.183</u>
CONDUTOR SOCORRISTA: <u>Galton</u>	SUPERVISÃO DE ENFERMAGEM (VISTO): <u>Alana Raquel Soares</u>

Atendimento SAMU

GOVERNO
PARAIBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Ficha de Acolhimento

Nome:

End:

Data de Nascimento:

Data do Atend:

Ocupação

Classificação de Risco

Aspecto: () Calmo () Fúria () Dor () Gemendo

Nível de consciência: () Bom () Regular () Baixo

Frequência cardíaca: () Normal () Acelerada () Parada

Frequência respiratória:

Pressão arterial:

Postura de HGT: () Livre () Cadeira de rodas () Moca

Distribuição: () Verde - atendimento até 4 horas

Estratificação

() Amarelo - atendimento até 4 horas
() Azul - atendimento ambulatorial

Assinatura e carimbo do profissional

Acolhimento trauma

05/01/15

10000

Atualize o nome de cidade
município e estado para nome
não abreviado e use nome
que lhe conhece, por ex.

ruínas, templos, papéis antigos

- e como o nome usado no livro,

o nome "romano"

deve ser escrito como está

~~no livro~~

Trate o nome como se fosse o

original - Romano

10000

10000

10000

10000

10000

10000

10000

10000

10000

10000

10000

10000

10000

10000



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE MEDICINA LEGAL

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CADÁVER Nº

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

ENDEREÇO: AV. FLORIANO PEIXOTO, 1045 - SÃO JOSÉ - CEP 58110-001 - C. GRANDE - PB.

NOME: Robson de Sousa Ferreira

FILIAÇÃO:

MÃE:

PAI:

SEXO: Masculino

COR:

IDADE:

PROFISSÃO:

ENDEREÇO:

LOCAL DE ÓBITO: Hospital de Trauma de Campina Grande

DATA E HORA DO ÓBITO: 19-12-2015 às 15H57

BREVE HISTÓRICO DO C.O.: 24 anos, masculino, vítima de acidente com
uso de arma de fogo, com lesões de natureza de arma de fogo. TC de
crânio e abdômen mostram sinais de lesões de natureza de arma de
fogo, com evidência de lesões de natureza de arma de fogo.

SOCORRO MÉDICO (data / hora / onde foi medicado / qual medicação usada / retirada do corpo estranho (especificar sítio de retirada) / qual intervenção? Retirada órgãos ou segmentos, quais?

Paciente se encontra na unidade de emergência, intubado
com ventilação mecânica, com sinais de vida, com lesões de natureza de arma de

OUTRAS INFORMAÇÕES JULGADAS NECESSÁRIAS:

Campina Grande - PB.

George A. C. Mendes
Intervencionista
Assinatura e carimbo do Médico Assistente

(PREENCHER EM LETRA DE FORMA OU À MÁQUINA)



Rio de Janeiro, 09 de Setembro de 2017

Carta nº 11622681

a/c: CILENE FERREIRA DE LIMA

Sinistro: 3170129953 ASL-0085769/17
Vitima: ROBSON DE SOUSA FERREIRA
Data Acidente: 05/12/2015
Natureza: MORTE
Procurador:

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização DPVAT, nem qualquer manifestação no sentido de que estivessem sendo tomadas providências para sua obtenção.

Tendo em vista que a(s) pendência(s) indicadas não foi(ram) sanada(s), e não houve qualquer nova manifestação sua nesse processo de sinistro por um período superior a 180 dias, informamos que a análise do seu pedido de indenização DPVAT foi finalizada com a recusa da indenização por falta de comprovação documental da cobertura para o sinistro.

A documentação original permanecerá arquivada, podendo ser retirada pelo senhor(a), ou por procurador devidamente constituído para este fim, conforme instruções contidas em nosso site www.seguradoralider.com.br.

Em caso de dúvida, favor acessar nosso site ou entrar em contato conosco gratuitamente por meio do SAC 0800 022 12 04.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua Treze de Maio, número 23, 2º Andar, Edifício Darke
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20031-902



Rio de Janeiro, 17/06/2016
DPVAT/SIN - 09422/2016

Para: Edivalda da Silva Bezerra
Rua Projetada, s/n
Centro
Damião - PB
58173-000

REF: Exigências de Regulação - Vítima: ROBSON DE SOUSA FERREIRA
Natureza: Morte
Processo: 3160/203039

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em 8 / 6 / 2016 a documentação complementar relativa ao acidente ocorrido em 5 / 12 / 2015. Realizada nova análise, constatamos a necessidade de regularização da documentação, conforme descrevemos a seguir:

- Apresentar um dos seguintes documentos da data do acidente que demonstrem e comprovem a existência do fato, as circunstâncias e participação da vítima, conforme registrado no Boletim de Ocorrência por Ato Declaratório:

Atendimento e/ou remoção pelo Corpo de Bombeiros; ou Atendimento pela Polícia Militar (BRAT); ou Atendimento pela Polícia Civil; ou Atendimento e/ou remoção pela Polícia Rodoviária Federal; ou Atendimento e/ou remoção pelos “Anjos do Asfalto” ou Concessionárias de Vias Públicas ou similares; **ou Remoção pelo SAMU**; ou Remoção pela Defesa Civil; ou Inquérito Policial ou Principais Peças do Inquérito (oitiva de testemunhas e outros); ou Aviso de Sinistro em Seguradora do Ramo Auto; ou outro documento que evidencie que o acidente relatado no B.O. por ato declaratório de fato ocorreu na data /local informado.

Dos documentos emitidos pela rede de atendimento médico/hospitalar, **deverão ser os imediatamente após o acidente** e permitir a comprovação do nexo de causa e efeito entre o acidente as lesões;

- Prova de companheirismo da Sra. Edivalda junto ao INSS ou Declaração de dependentes junto a Receita Federal ou prova de dependência através da Carteira de Trabalho com anotação do INSS ou, na impossibilidade da Sra. Edivalda em apresentar um desses documentos, Alvará Judicial;

- Cópia do comprovante de residência em nome da Sra Cilené ou, na falta, Declaração de Residência (anexa) devidamente preenchida pela mesma e anexando um documento comprobatório em nome de terceiro;

- Autorização de Pagamento/Crédito de Indenização de Sinistro - Seguro DPVAT (formulário anexo), que deverá ser totalmente preenchida e assinada pela Sra. Cilene, pois foi encaminhado apenas o comprovante bancário.

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, **juntamente com cópia da presente correspondência, facilitando assim, a localização do processo.**

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua Treze de Maio, número 23, 2º Andar, Edifício Darke
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20031-902



Rio de Janeiro, 17/06/2016
DPVAT/SIN - 09422/2016

Para: Edivalda da Silva Bezerra
Rua Projetada, s/n
Centro
Damião - PB
58173-000

REF: Exigências de Regulação - Vítima: ROBSON DE SOUSA FERREIRA
Natureza: Morte
Processo: 3160/203039

Todavia, se após o período de 180(cento e oitenta dias) a documentação indicada não for apresentada realizaremos o encerramento administrativo do presente aviso de sinistro, podendo o mesmo ser reaberto tão logo apresentada a referida documentação. Lembramos apenas quanto ao caráter prescricional da pretensão ao recebimento da indenização do Seguro DPVAT, podendo ser aplicado caso não haja nova manifestação no prazo legal.

Finalizamos, informando que a Seguradora Líder encontra-se à disposição pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Atenciosamente.

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT

P- 100/203039/3160-001
SM
Anexo: conf. texto





Buscar no site



Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

ACESSIBILIDADE

 (/Pages /Acessibilidade.aspx) (/Pages

/Atalhos-de-

Tela.aspx)

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas
Médicas (/Pages
/Documentacao-
Despesas-
Medicas.aspx)Documentos Invalidez
Permanente (/Pages
/Documentacao-
Invalidez-
Permanente.aspx)Documento Morte
(/Pages
/Documentacao-
Morte.aspx)Dicas Indispensáveis
(/Pages/Dicas-
Indispensaveis-Para-
Pedir-
a-Indenizacao.aspx)

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3170129953 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** ROBSON DE SOUSA FERREIRA**COBERTURA** Morte**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** SEGURADORA LIDER DPVAT - REGULAÇÃO**Posição em 22-02-2018 23:24:12**

Seu pedido de indenização foi negado, pois não recebemos a documentação complementar que foi solicitada em nossa última correspondência.

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages
/Pague-Seguro.aspx)
Consulta a Pagamentos
Efetuados (/Pages
/Consulta-
a-Pagamentos-
Efetuados.aspx)
Informações Gerais
(/Pages/Informacoes-
Gerais-Sobre-